



Isabela Holanda Cavalcanti Dwyer

O casal na transição para a parentalidade

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro,
Março de 2021



Isabela Holanda Cavalcanti Dwyer

O casal na transição para a parentalidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Fernanda Travassos Rodriguez

Pesquisador Autônomo

Rio de Janeiro, 12 de março de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Isabela Holanda Cavalcanti Dwyer

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio (2006), obtendo os títulos de Psicóloga e de Bacharel em Psicologia. Especializou-se em Psicologia Positiva pelo CPAF/UCAM em 2017. Foi bolsista de Iniciação Científica na linha de estudos sobre Família e Casal. Dedicou-se atualmente à clínica psicológica.

Ficha Catalográfica

Dwyer, Isabela Holanda Cavalcanti

O casal na transição para a parentalidade / Isabela Holanda Cavalcanti Dwyer ; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – 2021.

89 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2021.

Inclui bibliografia

1. Psicologia - Teses. 2. Conjugalidade. 3. Parentalidade. 4. Satisfação conjugal. 5. Relacionamento conjugal. 6. Transição para parentalidade. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de

CDD: 150

Agradecimentos

À minha orientadora Andrea Seixas Magalhães, por me orientar com afeto e empatia. Agradeço pela confiança, pelos ensinamentos, pelo acolhimento e por acompanhar meu percurso acadêmico há tantos anos.

À professora Terezinha Féres-Carneiro, por me apresentar à pesquisa acadêmica, acompanhar e orientar meu percurso.

À Mayla Cosmo Monteiro, minha co-orientadora, pelas importantes contribuições em todo o percurso do mestrado.

À Fernanda Travassos Rodriguez, por gentilmente aceitar fazer parte da Banca Examinadora e por suas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

À Racchel Reis Kriegger, por sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos, pelo acolhimento e incentivo amoroso em meu percurso profissional.

Aos participantes desta pesquisa pela generosidade em compartilhar suas histórias, pela disponibilidade e confiança.

Ao meu marido, Pedro Celso, pela parceria de vida.

À minha pequena Alice, por tornar os dias mais alegres com suas deliciosas gargalhadas.

Aos meus pais, pelo carinho e incentivo.

Aos amigos e familiares que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização desse trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Dwyer, Isabela Holanda Cavalcanti; Magalhães, Andrea Seixas. **O casal na transição para a parentalidade**. Rio de Janeiro, 2021. 89p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa teve como objetivo geral estudar sobre as repercussões da transição para a parentalidade na conjugalidade. Realizamos pesquisa qualitativa, através de entrevista semiestruturada, com quatro homens e cinco mulheres, pais de primeiro(a) filho(a) com idade entre 12 e 25 meses, com desenvolvimento típico. A pesquisa foi realizada com sujeitos independentes, pertencentes à camada média da cidade do Rio de Janeiro. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo e emergiram cinco categorias: (1) Projeto Parental: do desejo ao momento ideal para a chegada do filho; (2) Transformação da intimidade conjugal; (3) Conflitos conjugais: motivações e estratégias de resolução; (4) O impacto do trabalho na dinâmica conjugal e parental; (5) Influências da família de origem. Constatou-se diminuição na frequência e espontaneidade das relações sexuais, no uso do tempo para estarem juntos e desenvolvimento de novos comportamentos para expressão da intimidade. Os principais motivos geradores de conflito foram a relação com as famílias de origem, a criação dos filhos e a divisão das tarefas domésticas. Em relação ao padrão de resposta aos conflitos, tanto as mulheres como os homens, fizeram menos uso de estratégias construtivas e mais uso de comportamentos de retirada e evitação. A família ampliada foi citada por todos os entrevistados como parte essencial da rede social, sendo capaz de oferecer ajuda e apoio em momentos de crise. Observou-se também que a representação mental que homens e mulheres fazem em relação à geração anterior é preditora de seu comportamento enquanto pais. Concluímos que a satisfação conjugal é afetada por diferentes fatores na transição para a parentalidade.

Palavras-chave

Conjugalidade; parentalidade; relacionamento conjugal; transição para parentalidade; satisfação conjugal.

Abstract

Dwyer, Isabela Holanda Cavalcanti; Magalhães, Andrea Seixas (Advisor). **The couple in its transition to parenthood.** Rio de Janeiro, 2021. 89p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research intended to study the repercussions in conjugality of the transition to parenthood. We conducted qualitative research, through semi-structured interviews, with four men and five women, parents of first-born children with ages ranging between 12 and 25 months, with typical development. The research was carried out with independent subjects, belonging to the middle class of the city of Rio de Janeiro. The collected data were submitted to content analysis and five categories emerged: (1) Parental Project: from the desire to the ideal moment for the child's arrival; (2) Transformation of conjugal intimacy; (3) Marital conflicts: motivations and resolution strategies; (4) The impact of work on marital and parental dynamics; (5) Influences of the family of origin. Results showed reduction in the frequency and spontaneity of sexual relations, decrease in time spent together and the development of new behaviors to express intimacy. The main reasons for conflict were the relationship with families of origin, child care and division of house chores. Regarding the pattern of response to conflicts, the new parents made less use of constructive strategies and more use of withdrawal and avoidance behaviors. The extended family was cited by all respondents as an essential part of the social network, being able to offer help and support in times of crisis. It was also observed that the mental representation that men and women make in relation to the previous generation is a predictor of their behavior as parents. We conclude that marital satisfaction is affected by different factors in the transition to parenting

Keywords

Conjugality, parenthood, marital relationship, transition to parenthood, marital satisfaction

Sumário

1 Introdução	p. 09
2 Satisfação conjugal após a chegada do primeiro filho	p. 12
2.1 Parentalidade e divisão de tarefas	p. 15
2.2 Intimidade e sexualidade na vida conjugal	p. 21
2.3 Lazer e companheirismo	p. 24
3 Comunicação e conflitos conjugais na transição para a parentalidade	p. 28
3.1 As bases da comunicação humana e comunicação conjugal	p. 28
3.2 O conflito conjugal na transição para a parentalidade	p. 32
3.3 O manejo dos conflitos conjugais: estratégias e intervenções	p. 34
4 Família de origem e rede social: influências na conjugalidade e na parentalidade	p. 38
4.1 Transmissão geracional e satisfação conjugal	p. 38
4.2 Família e rede social	p. 46
5 A pesquisa	p. 50
5.1 Método	p. 50
5.1.1 Participantes	p. 50
5.1.2 Instrumentos	p. 52
5.1.3 Procedimentos	p. 52
5.1.4 Análise dos dados	p. 52
5.2 Discussão dos resultados	p. 53
5.2.1 Projeto parental: do desejo ao momento ideal para a chegada do filho	p. 53
5.2.2 Transformação da intimidade conjugal	p. 56
5.2.3 Conflitos conjugais: motivações e estratégias de resolução	p. 61
5.2.4 O impacto do trabalho na dinâmica conjugal e parental	p. 65

5.2.5 Influências da família de origem	p. 69
6 Considerações finais	p. 73
7 Referências bibliográficas	p. 76
Anexo 1	p. 86
Anexo 2	p. 87
Anexo 3	p. 89

1 Introdução

A conjugalidade e a parentalidade se tornaram objetos de estudo para mim desde a graduação. Tive a oportunidade de participar como bolsista de iniciação científica no grupo de pesquisa “Família e casal: estudos psicossociais e psicoterapia”, coordenado pela professora Terezinha Féres-Carneiro, na PUC-Rio. No meu trabalho de conclusão do curso, pesquisei sobre casais interculturais com filhos, mais especificamente sobre como suas origens culturais distintas influenciavam a conjugalidade e a parentalidade. Refletir e estudar sobre a forma como os casais manejam suas diferenças segue despertando meu interesse. O interesse pelo tema atual nasceu da observação e de leituras acerca das transformações que ocorrem com os casais ao se tornarem pais. O questionamento central desta pesquisa diz respeito à relação do casal após a chegada do primeiro filho. O grande desafio deste trabalho é aprofundar a investigação a respeito de transformações vividas pelos casais na transição para a parentalidade, com foco na dimensão da conjugalidade.

O enfrentamento de uma nova etapa do ciclo vital costuma gerar tensões no indivíduo e na família, na tentativa de acomodação e busca por um funcionamento saudável (Carter & McGoldrick, 1995). A transição para a parentalidade envolve uma série de questões e de transformações físicas, psicológicas e sociais. Ela é uma etapa chave do ciclo de vida familiar. Ao vivenciarem essa transição, os parceiros são solicitados a negociarem, renunciarem, lidarem com frustrações e se reinventarem como casal, e precisam apropriar-se de novas estratégias para descobrir como ser mãe e pai, sem deixar de ser casal.

Considerando que qualquer mudança do indivíduo em seu ciclo de vida acarreta mudanças simultâneas na função de outros membros do sistema familiar, Carter e McGoldrick (1995) abordam a existência de um ciclo de vida familiar, pelo qual se movimenta todo o sistema geracional através do tempo. De acordo com a perspectiva do ciclo vital familiar, a família consiste no principal contexto de socialização dos indivíduos e o desenvolvimento individual se dá circunscrito ao desenvolvimento familiar. As referidas autoras descrevem o ciclo de vida

familiar como um processo de expansão, contração e realinhamento do sistema de relacionamentos para suportar a entrada, a saída e o desenvolvimento dos membros da família. Nessa perspectiva, o ciclo de vida familiar é constituído por seis estágios: lançamento do jovem adulto, o novo casal, famílias com filhos pequenos, famílias com adolescentes, lançando os filhos e seguindo em frente e famílias no estágio tardio da vida.

O eu adulto é experienciado através de múltiplos relacionamentos nas esferas doméstica (constituída pela família multigeracional e amigos) e não doméstica (constituída pelo emprego remunerado e vida pública). O ambiente em que as crianças nascem pode ser um ambiente em que exista ou não espaço para elas ou um vazio que elas devam preencher. Criar espaço para a parentalidade vem se mostrando um grande desafio no caso dos pais contemporâneos, na medida em que a força de trabalho se tornou mais equilibradamente povoada por homens e mulheres (Bradt, 1995).

Este estudo teve como objetivo geral investigar as repercussões da transição para a parentalidade na conjugalidade. Em relação aos objetivos específicos, buscamos investigar a percepção da satisfação conjugal do sujeito após o nascimento do primeiro filho; compreender como os sujeitos manejam os conflitos conjugais na transição para a parentalidade; compreender as mudanças na relação com as famílias ampliadas e com a rede social no período de transição para a parentalidade.

No segundo capítulo, serão levantadas questões a respeito de como os casais percebem a satisfação conjugal após a chegada do primeiro filho. Discutiremos o conceito de satisfação conjugal, diferenciando-o de outros termos que são utilizados muitas vezes como sinônimos, dificultando a conceituação do que seria um casamento satisfatório. Diferentes fatores influenciam os casais na percepção da satisfação conjugal. Na etapa de transição para a parentalidade, utilizamos pesquisas longitudinais desenvolvidas por diferentes pesquisadores a fim de discutir as mudanças vividas pelos casais, compreendendo o período pré-gravídico até os 24 meses de vida do bebê. Além disso, discutiremos as mudanças vividas pelo casal na divisão de tarefas domésticas, na intimidade e sexualidade, lazer e companheirismo.

No terceiro capítulo, abordaremos a temática dos conflitos conjugais na transição para a parentalidade. Para tanto, apresentaremos as bases da

comunicação humana e discutiremos sobre os conflitos conjugais decorrentes das dificuldades de comunicação entre os membros do casal. A transição para a parentalidade é um período no qual muitos casais experimentam níveis elevados de estresse, além da diminuição da qualidade das interações conjugais. Os conflitos conjugais trazem reverberações para todo o sistema familiar. Apresentaremos os motivos mais frequentes de conflitos conjugais nesta etapa do ciclo de vida, as estratégias de manejo utilizadas pelos casais e as intervenções nos conflitos conjugais.

No quarto capítulo, abordaremos as influências da família de origem e da rede social com a chegada do primeiro filho. Discutiremos alguns conceitos-chave para a compreensão da transmissão geracional e, em seguida, discutiremos a respeito das influências da transmissão geracional na satisfação conjugal. Abordaremos também as mudanças na relação com as famílias ampliadas e com a rede social no período de transição para a parentalidade e seu impacto na conjugalidade.

No quinto capítulo, apresentaremos a metodologia de investigação, incluindo os participantes, procedimentos, instrumentos utilizados e discutiremos os resultados. Nas considerações finais, ressaltamos que a maneira pela qual os casais vivenciam a chegada do primeiro filho afeta não somente o casal conjugal, mas todo o sistema familiar. A inauguração deste sistema exige novas adaptações, o que é essencial para que a família continue seu desenvolvimento.

2 Satisfação conjugal após a chegada do primeiro filho

Este capítulo tem como objetivo tecer questões a respeito de como os casais percebem a satisfação conjugal após a chegada do primeiro filho. Inicialmente, discutiremos o conceito de satisfação conjugal e, em seguida, abordaremos fatores que influenciam os casais na percepção da satisfação conjugal. Shapiro, Gottman e Fink (2015) indicam que a transição para a parentalidade é um período no qual muitos casais experimentam níveis elevados de estresse, além da diminuição da qualidade das interações conjugais.

A satisfação conjugal é um conceito frequentemente estudado em pesquisas sobre conjugalidade. Apesar de haver rica literatura sobre esse construto, há uma contínua falta de consenso entre os pesquisadores sobre como conceituá-lo. Frequentemente, os termos “satisfação conjugal”, “ajustamento conjugal” e “qualidade conjugal” são utilizados como sinônimos (Rosado & Wagner, 2015). Essa diversidade conceitual também é apontada por Mosmann, Wagner e Féres-Carneiro (2006), no sentido de que a ausência de uma definição consensual pode dificultar a comparação de estudos, uma vez que se deve abordar até que ponto esses termos são sinônimos ou representam modelos distintos de compreensão da relação conjugal. A análise de pesquisas internacionais das últimas décadas aponta para um alto índice de fatores que se associam à definição do conceito de satisfação conjugal, tornando uma tarefa desafiadora para o conhecimento científico a conceituação do que seria um casamento satisfatório (Mosmann, Wagner & Féres-Carneiro, 2006; Scorsolini-Comin & Santos, 2011; Rosado & Wagner, 2015).

Para este estudo, vamos utilizar o conceito de satisfação conjugal como sendo a avaliação feita pelo cônjuge do relacionamento conjugal, considerando a sensação de bem-estar ou satisfação que ele experimenta nesta relação, conforme definido por Bradbury, Fincham e Beach (2000). A justificativa para a escolha deste construto fundamenta-se na centralidade da experiência conjugal para o bem-estar do indivíduo e da família. Estes autores avaliam a satisfação conjugal a partir de três aspectos: (a) processos interpessoais que operam dentro do casamento, incluindo cognição, afeto, fisiologia, padrões comportamentais, apoio

social e violência; (b) os meios nos quais os casamentos operam, incluindo microcontextos (por exemplo, presença de filhos, estressores e transições) e macrocontextos (por exemplo, fatores econômicos, disponibilidade percebida em relação ao parceiro); e (c) a conceituação e mensuração da satisfação conjugal, em uma abordagem bidimensional baseada na trajetória de vida conjugal e na cognição social. Narciso & Costa (2002) fazem uma crítica à avaliação dualista de satisfação e insatisfação conjugal, partindo do pressuposto de que a satisfação conjugal em um casal constitui um processo evolutivo e não linear, no qual há um jogo dinâmico entre satisfação e insatisfação. Os autores indicam que satisfação e insatisfação não deveriam ser polos opostos e sim dimensões distintas e relacionadas.

A qualidade dos relacionamentos íntimos constitui um aspecto central na vida dos indivíduos, trazendo implicações à saúde mental, física e profissional (Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt & Sharlin, 2004; Fincham, Rogge & Beach, 2018). Desde o século XX, assistimos a um aumento progressivo no interesse em compreender as dinâmicas envolvidas na conjugalidade, bem como em avaliar a qualidade dessas relações. Até a década de 1960, os estudos a respeito da satisfação conjugal tinham por objetivo prever a viabilidade das relações conjugais. Neste período, foram formulados diferentes estudos cujo foco era a construção de modelos que avaliassem os relacionamentos em si mesmos, na busca de uma compreensão mais ampla dos processos envolvidos nas relações satisfatórias. Atualmente, se reconhece que a satisfação conjugal é um fenômeno complexo, no qual interferem diversas variáveis, tais como: características de personalidade, valores, atitudes e necessidades; sexualidade; gênero; momento do ciclo da vida familiar; presença de filhos; nível de escolaridade; nível socioeconômico; nível cultural; trabalho remunerado, dentre outros (Narciso & Costa, 2002).

A satisfação conjugal é afetada pela parentalidade e a chegada do primeiro filho é considerada uma das maiores mudanças na vida do indivíduo, promovendo grandes modificações em todos os elementos da família ao inaugurar a função parental. Nesta transição, parte do investimento marido-mulher é transferido para a relação pais-filhos (Cowan & Cowan, 1999). A passagem da díade a uma tríade acarreta a necessidade de cuidados à criança, reduções do tempo de lazer, mudanças nas rotinas profissionais, alterações de humor, desejo e possibilidade de

intimidade, desafios financeiros e alterações no contexto social. Face a isto, a forma como o casal responde às demandas características desta etapa poderá repercutir na sua própria estabilidade, algo considerado por vários autores como um período de crise (Bradt, 1995; Cowan & Cowan, 1999; Menezes & Lopes, 2007).

Diversas pesquisas acerca da satisfação conjugal foram realizadas levando-se em consideração as diferentes etapas do ciclo de vida familiar. Pace, Shafer, Jensen e Larson (2015) estudaram como a parentalidade influencia na satisfação e estabilidade de casais recasados e com filhos. Segundo os autores, satisfação e estabilidade são medidas comuns sobre como casais se sentem em seus relacionamentos e sobre o funcionamento geral da família. A satisfação está relacionada à percepção de felicidade dos cônjuges em relação a várias dimensões de seu relacionamento, como intimidade, conflito, divisão de poder e inclui uma avaliação global da qualidade da relação. Em outras palavras, famílias que funcionam de maneira positiva produzem níveis altos de satisfação. Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt e Sharlin (2004) ressaltam a diferença entre satisfação conjugal e estabilidade conjugal, sendo esta última presente em relacionamentos de longa duração, mas que não são necessariamente satisfatórios.

Menezes e Lopes (2007) realizaram uma pesquisa de campo com o objetivo de analisar a relação conjugal durante a transição para a parentalidade sob dois enfoques: a avaliação que cada casal faz de sua relação e a interação comunicacional que estabelece nos diferentes momentos da transição. Os resultados deste estudo apontaram que um fator central para a compreensão da conjugalidade na transição para a parentalidade é a qualidade da relação conjugal estabelecida antes da transição. Variáveis como habilidades individuais para lidar com situações estressantes, ocorrência de eventos estressores e rede de apoio social são importantes fatores na transição para a parentalidade, mas é a natureza da relação conjugal que tem a maior influência nas respostas que o casal dará às demandas da transição para a parentalidade. Os resultados encontrados por Menezes e Lopes (2007) corroboram os achados das pesquisas longitudinais realizadas por Cowan e Cowan (1999), nas quais os casais que reportaram mais dificuldades conjugais após o nascimento do primeiro filho são aqueles que experimentavam maior tensão em seus relacionamentos antes de se tornarem pais. Além disso, aqueles que consideravam possuir mais recursos para lidar com suas

diferenças e dificuldades reportaram menores níveis de insatisfação e angústia nos primeiros anos após tornarem-se pais.

Huston e Vangelisti (1995), ao realizarem um estudo longitudinal sobre transição para a parentalidade, fizeram uma contraposição em relação ao paradigma dominante que considera a parentalidade como causa do declínio da satisfação conjugal. Os autores consideram que a inauguração da parentalidade possibilita uma oportunidade de crescimento da díade, permitindo melhor ajuste do casal e oportunidade de promoção da relação. A chegada do primeiro filho é avaliada por Martins, Abreu e Figueiredo (2017) também como uma oportunidade de crescimento, observando que há uma progressão que ocorre quando os pais respondem aos desafios da parentalidade. O casal parental transita de uma fase de desconhecimento e desequilíbrio para uma fase na qual se sentem competentes em relação aos cuidados com o bebê. Esta fase é caracterizada pela alteração e desenvolvimento dos relacionamentos e por uma profunda reconstrução identitária.

2.1 Parentalidade e divisão de tarefas

A chegada do primeiro filho reorganiza a forma como o casal divide as tarefas domésticas. A percepção das mães sobre a justiça na divisão de tarefas domésticas está ligada ao aumento da qualidade conjugal durante a transição para a parentalidade, enquanto a percepção de iniquidade está relacionada à diminuição da qualidade conjugal (Feinberg, 2002). A importância das percepções das mães nesse domínio parece ser crucial, provavelmente porque as mães geralmente realizam a maioria das tarefas domésticas e assumem a responsabilidade final por quase todos os problemas relacionados à criança. A satisfação individual de cada membro da díade parental em relação à divisão do trabalho é mais importante do que uma divisão objetivamente igual deste trabalho.

Feinberg (2002) identifica quatro dimensões do subsistema coparental, em seu Modelo Ecológico da Coparentalidade: acordo ou desacordo nas práticas parentais; divisão do trabalho relacionado à criança; suporte/sabotagem da função coparental; e gestão conjunta das relações familiares. A coparentalidade é compreendida como uma função que requer o desejo mútuo, entre os cuidadores

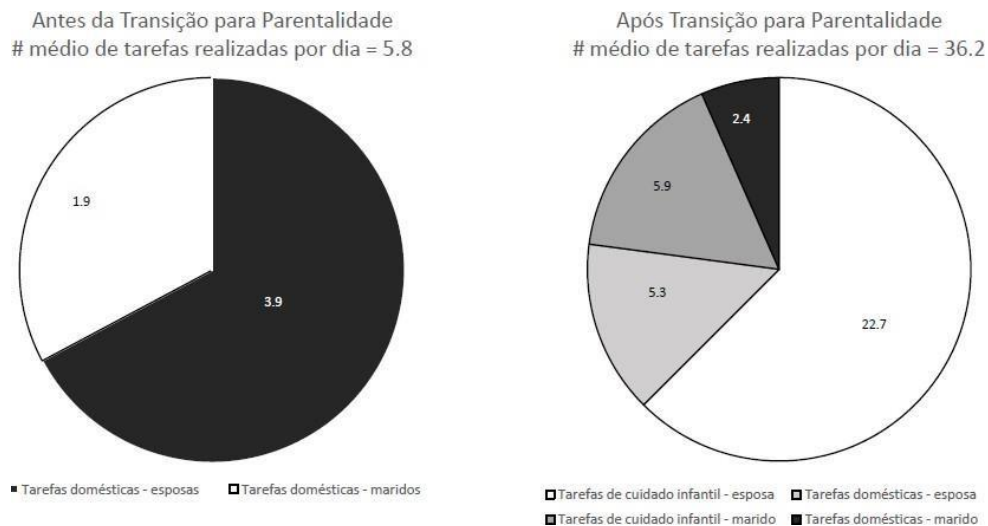
principais, de proporcionar segurança, proteção, suporte emocional e físico das necessidades da criança ao longo do seu crescimento. A perspectiva adotada pelo autor é que a coparentalidade de alta qualidade envolve a construção e operação de uma estrutura de parceria mutuamente acordada. As mães relatam que as rotinas diárias, os cuidados com as crianças e as tarefas domésticas representam o gatilho mais importante dos conflitos conjugais no período pós-parto (Cowan & Cowan, 1999; Pruett, Pruett, Cowan & Cowan, 2017).

Cowan e Cowan (1999) perceberam que “quem faz o quê” em relação às tarefas domésticas tem um importante papel em como os parceiros se sentem em relação a si mesmos e em relação a seu casamento. Um dado importante encontrado pelos pesquisadores diz respeito à expectativa em relação à divisão dos cuidados com a casa e com o bebê. De forma geral, os casais que, durante a gestação, planejavam fazer essa divisão de forma igualitária, se perceberam em uma divisão tradicional após o nascimento do bebê, na qual a mulher assume a maior parte das tarefas domésticas e cuidados com o filho. Fatores culturais, construções de gênero, econômicos e familiares influenciam para que a divisão ocorra de forma diferente da idealizada. Na pesquisa longitudinal realizada por Cowan e Cowan (1999), os dados confirmam que os pais de bebês e crianças pequenas desempenham menos tarefas relacionadas à família do que as mães. O fato de que as mães usufruem de uma licença do trabalho maior do que a dos pais parece influenciar nessa divisão de tarefas. No entanto, essa divisão não igualitária permanece ao longo do segundo ano de vida da criança, muito tempo após a mulher ter retornado às suas atividades laborais. A tensão entre os casais, no que diz respeito ao envolvimento paterno com a família durante a transição para a parentalidade, ameaça o equilíbrio conjugal (Pruett, Pruett, Cowan & Cowan, 2017). Nas famílias em que os pais são mais ativos na divisão de tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, a percepção da satisfação consigo mesmo e com as relações familiares é significativamente maior. Suas esposas também se mostram mais satisfeitas com a relação.

Diversas medidas estão sendo implantadas para estimular a participação e a contribuição paterna no cenário da gravidez e do puerpério, sendo a licença parental uma delas. Melo (2016) analisa a questão da igualdade de gênero no mercado de trabalho sob o enfoque da licença-maternidade e apresenta a licença parental como caminho para a consolidação da igualdade de gênero. A autora

pontua que a Europa tem criado um novo padrão, no qual a licença parental passa a ser norma, e cada vez mais os pais são incentivados ou obrigados a usufruir dos dias que lhes cabem, adotando medidas que encorajem os pais a permanecerem mais tempo com os filhos e assegurando a participação feminina no mercado de trabalho. A adoção da licença-paternidade, antes de ser uma preocupação com os direitos dos pais ou da criança, mostra ser uma preocupação na criação de uma sociedade que saiba compartilhar as responsabilidades. Na Suécia, por exemplo, os pais, de maneira conjunta, têm direito a 16 meses de licença remunerada por criança. Desse período, desde janeiro de 2011, 60 dias são reservados para cada um dos pais e os outros 12 meses poderão ser compartilhados livremente. A remuneração de 13 dos 16 meses será equivalente a 80% da renda anterior. Os pais podem se ausentar do trabalho por tempo integral por até 18 meses a partir do nascimento ou a partir do momento da guarda da criança adotada e o tempo de licença conta para efeitos de tempo de serviço. Melo (2016) ressalta ainda que a possibilidade de um real compartilhamento das obrigações domésticas e engajamento dos dois indivíduos no projeto parental já é vista como um dos motivos de redução do índice de divórcios, aumento da guarda compartilhada de filhos e diminuição da discrepância entre os salários de homens e mulheres em países que adotam a licença parental.

A maneira como os casais organizam sua vida juntos muda consideravelmente com o nascimento de um filho (Huston & Vangelisti, 1995; Badinter, 2011; Mauerer, 2018). No que se refere à realização de tarefas domésticas e de cuidados com o filho, a transição para a parentalidade, como mostra a Figura 1, traz consigo uma expansão impressionante, uma vez que os cônjuges, particularmente as esposas, estão envolvidos em atividades domésticas. Os gráficos refletem um aumento na quantidade de tarefas domésticas que os casais realizam após a chegada do bebê. O nascimento de um filho acrescenta uma nova dimensão significativa ao estilo de vida dos casais. Na medida em que os casais alimentam, vestem, banham e nutrem seu novo bebê, a divisão do trabalho, tanto dentro como fora de casa, deve ser modificada. Dentro de casa, os novos pais precisam lidar com as demandas de cuidado com o bebê. Fora de casa, essas mesmas exigências podem afetar as atividades de trabalho remuneradas de um ou de ambos os cônjuges.

Figura 1. Divisão de tarefas domésticas e cuidado infantil

Fonte: Huston & Vangelisti, 1995 (tradução nossa).

Os resultados encontrados por García (2017), em pesquisa realizada no México, embora em contexto sociocultural distinto, corroboram os achados norte-americanos de Huston e Vangelisti (1995) no que diz respeito à divisão de trabalho entre homens e mulheres após a chegada do primeiro filho. A pesquisadora realizou um estudo que analisa as atitudes de gênero de homens e mulheres, em casais de dupla carreira e com filhos, no que tange à responsabilidade pelo cuidado da criança e pelas tarefas domésticas, com o objetivo de identificar prevalências ou mudanças em relação ao modelo familiar tradicional. Essa análise buscou identificar as atitudes de gênero sobre essas responsabilidades em um processo de mudança e transição. Há um balanço entre os modelos tradicional e igualitário, caracterizado por ambivalências e ambiguidades, nas quais o machismo persiste na forma de novos machismos. Dentre os principais resultados obtidos, há uma alta proporção de homens e mulheres em casais de dupla carreira que concordam com a ideia de que as mulheres são mais capazes do que os homens de cuidar de crianças, bem como atitudes de gênero em relação à responsabilidade pelas tarefas domésticas que são contraditórias, uma vez que algumas tendem a ser igualitárias e outras tradicionais.

Em relação à hipótese de que as mães são mais capazes de cuidar de seus filhos do que os pais, Badinter (1985) questiona se o amor materno seria inato. Para ela, este sentimento seria adquirido ao longo dos dias passados ao lado do filho, por ocasião dos cuidados dispensados a ele. Qualquer pessoa, que não a mãe (pai, avós, babá etc.), poderia “maternar” uma criança, assumindo esse sentimento uma base muito mais relacional do que biológica. Segundo a autora, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus “deveres maternais”. A moral, os valores sociais ou religiosos podem incitar esses cuidados de uma forma tão poderosa quanto o desejo da mãe.

Durham (1983), ao debater a respeito das transformações do modelo familiar e da divisão sexual do trabalho, postula que todas as sociedades humanas conhecidas possuem uma diferenciação entre papéis femininos e masculinos que encontra na família sua manifestação privilegiada. Parece necessário reconhecer que a variabilidade das formas concretas de divisão sexual do trabalho se constrói em torno de uma tendência praticamente universal de separação da vida social entre uma esfera pública, eminentemente masculina, e uma esfera doméstica privada, feminina, presa à reprodução e ao cuidado com as crianças. Com a emergência do movimento feminista, há uma contestação explícita da assimetria da divisão sexual do trabalho, nitidamente percebida como forma de dominância masculina. As mudanças em relação à divisão sexual do trabalho e as expectativas relacionadas aos gêneros masculino e feminino trazem para o casal transformações na sua relação conjugal.

Refletir sobre as questões de gênero é essencial, uma vez que representam aspectos da identidade do homem e da mulher, cujas expectativas se traduzem em estereótipos que, muitas vezes, funcionam como reguladores das relações sociais (Macedo, 2009). Se, no passado, esta categoria estava vinculada às diferenças biológicas, ela vem sendo compreendida, a partir dos movimentos feministas, como uma categoria relacional e contextual. Com tantas transformações iniciadas pelas mulheres, os homens também são afetados. Se, em outros tempos, as expectativas em relação à divisão de papéis em função do gênero eram claras, atualmente, como em todo processo de mudança, há instabilidade e conflitos no desempenho dos papéis parental e conjugal. O panorama atual da discussão de gênero está caracterizado por um processo de mudança e de reflexões por parte das mulheres e dos homens sobre suas condições. Com tantas transformações, é

compreensível que os casais passem por dificuldades para se entenderem no que diz respeito aos papéis desempenhados por cada um dentro do relacionamento e no cuidado com a família (Macedo, 2009).

Diante das transformações contemporâneas das relações, as mulheres passam a exigir mais de seus parceiros no tocante à divisão do trabalho doméstico, ao cuidado com os filhos, ao desenvolvimento de sua sexualidade, ao respeito e à igualdade. A conjugalidade é diretamente influenciada pela parentalidade e os papéis de gênero sofrem uma diferenciação ou polarização com esta transição (Cowan & Cowan, 1999). Os casais que trazem consigo altas expectativas de igualdade dos papéis enfrentam maiores dificuldades na transição para a parentalidade, ao perceber que a divisão de tarefas não é tão igualitária assim. A exigência de que os homens invistam mais nas relações familiares requer que eles renunciem a parte da energia, tempo e poder que despendem fora de casa (Papp, 1995). O acesso ao poder, ao prestígio, à renda e à autoridade fora de casa é maior para os homens do que para as mulheres e, enquanto ambos não tiverem prerrogativas iguais do ponto de vista político, legal e profissional, as mulheres estarão em posição de desvantagem no casamento, e isso repercutirá profundamente na relação do casal (Papp, 1995).

A parentalidade evidencia as desigualdades de gênero, mas não as inaugura, na medida em que os indivíduos são influenciados por crenças, valores, prescrições sociais ou padrões já instituídos socialmente (Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002). As expectativas em relação aos papéis masculino e feminino precedem a conjugalidade e a parentalidade, pois são divisões já produzidas e institucionalizadas (Walzer, 1998). A parentalidade é uma forma de produção de gênero em que expectativas distintas são depositadas em homens e mulheres em seus papéis parentais, constituindo uma constrição à escolha individual (Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002).

Os casais, na transição para a parentalidade, vivenciam inúmeras mudanças em suas vidas durante este processo, muitas delas até então inesperadas. Tais mudanças afetam homens e mulheres de formas distintas, o que pode fazê-los sentir que o equilíbrio de sua relação conjugal também está sendo afetado. As pressões que são colocadas sobre o casal começam a afetar aspectos mais íntimos de sua relação, tais como o cuidado com o parceiro, o sexo, a intimidade emocional e a avaliação de como se sentem em relação ao casamento.

2.2 Intimidade e sexualidade na vida conjugal

Ao abordarmos a intimidade nas suas múltiplas expressões – tais como amor, paixão, casamento, sexualidade, vida privada –, prevalece o foco sobre a subjetividade e a natureza intrapsíquica da experiência afetiva (Carvalho, 1999). O sujeito teria a necessidade de se refugiar em um mundo próximo e compreensível, que lhe transmita uma sensação de confiança – um mundo íntimo. Neste mundo íntimo, as relações de proximidade, como as amorosas, são valorizadas, mas, ao mesmo tempo, aumentam as exigências que o sujeito tem para com essas relações. Essas exigências são, por vezes, excessivas e difíceis de cumprir, daí resultando maior conflito entre os casais. Intimidade e sexualidade são dimensões essenciais das relações conjugais e são influenciadas por fatores culturais, sociais, individuais e familiares.

O período que se estende da gravidez até o segundo ano de vida do bebê apresenta desafios importantes para muitas famílias e pode gerar dificuldades no ambiente relacional e íntimo dos casais, incluindo a sexualidade. Homens e mulheres reportam mudanças percebidas por eles como negativas após a chegada do bebê. Cowan e Cowan (1999), ao pesquisarem casais na transição para a parentalidade, pediram a cada um dos cônjuges para descreverem o que eles faziam para demonstrar carinho em relação ao parceiro. Ficou claro para os pesquisadores que, tanto o ato em si quanto a interpretação dele, eram diferentes para cada membro do casal. Os casais identificaram uma redução nos atos voltados para o cuidado e demonstrações de afeto em relação ao parceiro após o nascimento do primeiro filho quando comparados com o período pré-gravídico. Segundo os autores, a preocupação natural em relação ao bebê faz com que os parceiros estejam menos disponíveis para cuidar um do outro.

A pesquisa desenvolvida por Urbano-Contreras, Matínez-González e Iglesias-García (2018) corrobora os resultados encontrados por Cowan e Cowan (1999) em relação à diminuição da satisfação conjugal na transição para a parentalidade e à percepção de homens e mulheres de que há redução nas demonstrações de carinho, disponibilidade, preocupação, interesse e apreciação por parte do cônjuge.

O período da gravidez e do pós-parto caracteriza-se, para a mulher, por um conjunto de alterações biológicas, psicológicas e sociais intensas (Silva & Figueiredo, 2005). Às alterações corporais que se sucedem ao longo da gravidez, associam-se, por vezes, sentimentos de perda da autoestima devido a percepções de baixa atratividade física e incapacidade de sedução. Frequentemente, também subsiste a ideia de irreversibilidade relativa à imagem corporal anterior à gravidez. Direta ou indiretamente, não é de surpreender que o conjunto das alterações possa ter um impacto substancial no nível da vivência da sexualidade. A gravidez apresenta-se como um desafio na preparação para um relacionamento triádico e, ao mesmo tempo, para a continuação de um relacionamento diádico com o companheiro, incluindo a sexualidade partilhada enquanto fonte de ligação emocional ao outro.

A terapeuta de casais Esther Perel (2007) coloca que, quando os filhos entram em cena, há uma ênfase na rotina, na previsibilidade e na regularidade em relação aos bebês. A vida em família se desenvolve em uma atmosfera de conforto e consistência. No entanto, de acordo com a autora, o erotismo está na imprevisibilidade, na espontaneidade e no risco. O envolvimento íntimo com o desenvolvimento dos filhos seria capaz de captar a potência erótica do casal em detrimento da própria intimidade e da sexualidade. Para muitos casais, integrar sexualidade e parentalidade é um desafio, pois há uma mudança de identidades e papéis. Para as mulheres, cabe a difícil tarefa de voltar a ligar-se com seu corpo e sua sexualidade independentemente dos filhos. E, aos homens, voltar a erotizar suas esposas ao invés de vê-las unicamente como mães. Cultivar um tempo a dois pode ajudar os casais a fazerem a transição de pais para amantes. É inquestionável que os filhos tornam a ligação erótica mais difícil de sustentar. Há o desgaste inevitável dos recursos do casal: menos tempo, menos dinheiro e menos energia para gastar com o outro. Há muitas razões para abrir mão do sexo. Contudo, os casais que valorizam essa ligação, quando sentem que o desejo está em crise, ficam ativos, e se empenham em tentar resgatá-lo, pois sabem que não são os filhos que apagam a chama do desejo, são os adultos que devem lutar para mantê-la viva.

A intimidade desenvolvida durante o período do casamento anterior ao nascimento dos filhos é entendida como aspecto preditor da capacidade dos cônjuges de responder às demandas relacionadas às mudanças advindas da

parentalidade. A conjugalidade, quando bem estruturada, evolui na transição para a parentalidade, tendo como resultado maior satisfação conjugal. Contudo, o ajustamento dessa etapa também pode influenciar negativamente a intimidade do casal, quando um dos cônjuges tem dificuldade em adaptar-se ao papel de cônjuge e/ou de progenitor (Bradt, 1995).

De acordo com Salonginos, López-Escriche e Knecht (2018), dado que o pós-parto é um período de vulnerabilidade especial e no qual existe um risco significativo do desenvolvimento de problemas sexuais, é fácil compreender a importância dos profissionais de saúde que realizam uma avaliação adequada da sexualidade em todo o puerpério. Além disso, quando um problema na esfera sexual não é identificado e, conseqüentemente, não recebe tratamento adequado, pode ser perpetuado ao longo do tempo (Salonginos, López-Escriche & Knecht, 2018). Os autores descrevem uma intervenção de grupo realizada em um hospital espanhol com casais no puerpério. Esta intervenção teve como objetivo a prevenção de disfunções sexuais, de problemas conjugais e de dificuldades no desenvolvimento psicoafetivo de crianças. A proposta de tratamento grupal, dividido em seis sessões, inclui abordagem e discussão de mitos, desenvolvimento de comunicação eficiente no casal, fortalecimento da autoestima, informações sobre sexualidade e identificação de dificuldades no casal nessa fase, destacando o papel do pai no desenvolvimento do bebê. Os resultados deste trabalho apontam para a necessidade de mais intervenções na fase pós-parto, com o objetivo de evitar problemas que possam surgir ou se cronificar no médio e no longo prazo.

Fernández-Sola, Huancara-Kana, Granero-Molina, Carmona-Samper, López-Rodríguez, e Hernández-Padilla (2018) realizaram um estudo em maternidades da Espanha com o objetivo de explorar e compreender as experiências sexuais de gestantes durante as diferentes fases da gravidez. Eles concluíram que a falta de aconselhamento sexual durante a gravidez leva à criação de falsas crenças, que, juntamente com mudanças físicas, preocupações com um possível risco para o bebê e flutuações no desejo e interesse sexuais, provocam uma diminuição na atividade sexual. Os pesquisadores sugerem que a inclusão da saúde sexual na avaliação clínica de gestantes e de educação sexual para os casais contribuiria para relações sexuais mais satisfatórias, plenas e sem preconceitos durante a gravidez. Enfatizam também que parteiras e enfermeiras que trabalham com mulheres grávidas e seus parceiros devem fornecer informações sobre a

atividade sexual durante a gravidez, adotando uma abordagem mais ampla, não limitada à relação sexual, mas adaptadas às mudanças físicas e emocionais que ocorrem durante esse período.

As alterações que acompanham a parentalidade são multifacetadas e ocorrem em diferentes domínios do casamento, influenciando a satisfação conjugal, a vivência da sexualidade e da intimidade. Outra dimensão que sofre grande alteração durante a transição para a parentalidade é a quantidade de tempo que os parceiros passam juntos sem a presença da criança. Os impactos desta mudança serão abordados a seguir.

2.3

Lazer e companheirismo

A chegada de um filho geralmente molda o tipo de lazer que os cônjuges são capazes de desfrutar e a maior parte do tempo dedicado ao lazer é passado na companhia do bebê (Huston & Vangelisti, 1995). O fato de que as mulheres se ocupam da maior parte dos cuidados com a criança sugere que as oportunidades de lazer para elas se tornam mais restritas com a maternidade. A paternidade também reduz as oportunidades dos pais de se engajarem em atividades de lazer, sendo que as atividades nas quais eles se engajam estão mais focadas nas amizades e menos em seus relacionamentos familiares. Sendo assim, quando as esposas passam a maior parte do dia separadas dos cônjuges cuidando dos filhos, podem ficar descontentes se os maridos optarem por realizar atividades de lazer com os amigos. Na maioria dos casos, essas escolhas não apenas separam os maridos de suas esposas e filhos, mas também permitem que eles se envolvam de forma independente em atividades escolhidas por eles durante um certo período de tempo, enquanto suas esposas continuam desempenhando tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos. Embora os maridos possam sentir que merecem esse tipo de lazer depois de passar boa parte do dia envolvidos em trabalho remunerado, sua esposa, que passou boa parte do dia dedicada ao trabalho doméstico e cuidados com o bebê, provavelmente verá a situação como desigual.

Roeters, Mandemakers e Voorpostel (2016) realizaram um estudo associando parentalidade e bem-estar psicológico, com o objetivo de mensurar como os estilos de vida pré-parental (lazer e trabalho remunerado) influenciam a

transição para a parentalidade. Os resultados mostraram que, para os homens que participavam com frequência de atividades de lazer antes do nascimento da criança, a paternidade reduziu o bem-estar. Para as mulheres, a maternidade teve um efeito benéfico no bem-estar, mas esse efeito foi mais baixo para as mulheres que precisavam conciliar lazer e uma jornada longa de trabalho antes da maternidade. Segundo os autores, a comparação dos resultados entre homens e mulheres revelou uma surpreendente semelhança ao constatar que, quando ambos combinavam um padrão ativo de lazer com longas jornadas de trabalho, enfrentavam mais dificuldades em se adaptar à parentalidade. Esta semelhança entre homens e mulheres é interessante, considerando o fato de que a literatura a respeito da relação trabalho-família frequentemente enfatiza as diferenças. No entanto, essas análises geralmente são restritas à interface trabalho-família e negligenciam o tempo gasto no lazer.

O estudo de Roeters, Mandemakers e Voorpostel (2016) sugere que, se ampliarmos o escopo para considerar o lazer, poderemos detectar semelhanças de gênero que, de outra forma, não estariam presentes. As mulheres podem ter dificuldades em combinar a maternidade com uma carreira, mas, se trabalharem menos horas, serão mais capazes de combinar maternidade e lazer. Os homens, por outro lado, podem ser capazes de combinar paternidade e carreira, mas encontram dificuldades em conciliar isso com um maior envolvimento em atividades de lazer. Essas descobertas sugerem que o bem-estar dos pais se beneficiaria de uma licença paternidade prolongada, pois isso lhes proporcionaria tempo adicional para equilibrar melhor a paternidade, o trabalho remunerado e o lazer.

A literatura a respeito das influências dos papéis profissionais e familiares sugere que o conflito entre trabalho e família existe quando: (a) o tempo dedicado às demandas de um papel dificulta o cumprimento das demandas de outro; (b) a pressão advinda da participação em um papel dificulta o cumprimento das demandas de outro; e (c) comportamentos específicos exigidos por uma função dificultam o cumprimento dos requisitos de outra (Greenhaus & Beutel, 1985; Lapierre, Li, Kwan, Greenhaus, DiRenzo & Shao, 2018; Powell, Greenhaus, Allan & Johnson, 2019). Na medida em que ser trabalhador, pai/mãe e cônjuge são papéis que podem ser conflitantes entre si, há evidências na literatura de que reduzir o tempo com o cônjuge pode ser uma estratégia para gerenciar demandas

concorrentes baseadas no tempo (Flood & Genadek, 2016). No entanto, essa redução de tempo com o cônjuge, como forma de aliviar o conflito baseado no tempo entre as funções de trabalho e parentalidade, pode criar outros problemas, pois a interação com o cônjuge está positivamente associada ao bem-estar conjugal.

Neilson e Stanfors (2018) investigaram como cada casal alocava tempo juntos, sozinhos, com crianças e em família. Eles observaram que a mudança na alocação de tempo da família evoluiu de maneira diferente para homens e mulheres ao longo dos anos, indicando convergência de gênero nas esferas pública e privada, mas com custos mais altos de tempo para as mulheres, que tendem a reduzir o tempo dedicado a elas mesmas, ao cônjuge e às amigas, para não prejudicar o tempo dedicado ao trabalho e aos filhos. A mudança na alocação de tempo entre os membros do casal é uma questão importante por várias razões. A interação com o parceiro parece vital, tanto para a satisfação conjugal, quanto para a estabilidade da relação, uma vez que homens e mulheres relataram maior felicidade, bem-estar e menos estresse durante o tempo compartilhado com seu parceiro, independentemente da atividade realizada (Flood & Genadek, 2016). Reduções no tempo despendido com o parceiro podem ter implicações negativas na satisfação conjugal e na estabilidade, especialmente para aqueles casais com crianças pequenas, que geralmente relatam passar muito pouco tempo com o parceiro.

Claxton e Perry-Jenkins (2008) desenvolveram um estudo com o objetivo de examinar as mudanças nos padrões de lazer ao longo da transição para a parentalidade para casais de dupla-carreira, bem como a relação entre lazer e qualidade conjugal. As descobertas indicam que, durante a transição para a parentalidade, maridos e esposas experimentam um declínio inicial no lazer, seguido por uma melhora gradual após o retorno da esposa ao trabalho. No geral, as esposas que relataram mais lazer compartilhado no período anterior ao nascimento do bebê também relataram mais intimidade conjugal e menos conflito 12 meses depois. Maridos com mais lazer independente no período anterior ao nascimento do bebê relataram menos intimidade e mais conflitos um ano depois. As conclusões sugerem que o tempo de lazer conjunto é essencial para o bom funcionamento do casamento, com efeitos que duram ao longo do primeiro ano de vida da criança.

Diferentes domínios do casamento são afetados pela parentalidade. Os casais mudam a maneira como se relacionam, como organizam a divisão de tarefas e o tempo de lazer. As responsabilidades que acompanham os cuidados com os filhos limitam a quantidade de tempo que os parceiros passam juntos como casal conjugal. As pesquisas de Cowan e Cowan (1999) e Huston e Vangelisti (1995) mostram que as mudanças que acompanham os casais são mais facilmente gerenciadas por alguns do que por outros. Em particular, aqueles com expectativas mais tradicionais em relação aos papéis de gênero tendem a ter crenças sobre o casamento que são congruentes com muitas das transformações que os cônjuges experimentam quando se tornam pais. Aqueles com atitudes de gênero mais igualitárias, em contraste, mantêm uma crença que colide com algumas das mudanças que normalmente acompanham a parentalidade. Além disso, o envolvimento com trabalho remunerado por parte de um ou de ambos os cônjuges altera a maneira como eles organizam seu tempo juntos e em família. As pressões que são colocadas sobre o casal afetam aspectos mais íntimos de sua relação, alterando a forma como exercem a intimidade emocional, a sexualidade e o cuidado com o parceiro. Com tantas alterações, a percepção da satisfação conjugal é afetada em maior ou menor grau.

3 Comunicação e conflitos conjugais na transição para a parentalidade

Este capítulo tem como objetivo abordar a temática dos conflitos conjugais na transição para a parentalidade. Para tanto, abordaremos o estudo da comunicação humana no contexto da terapia familiar e sua relevância para o trabalho com casais. A seguir, abordaremos os conflitos conjugais na transição para a parentalidade e suas reverberações na saúde física e mental dos cônjuges. Por fim, discutiremos as estratégias utilizadas pelos casais no manejo dos conflitos conjugais.

3.1 As bases da comunicação humana e comunicação conjugal

A comunicação está fortemente associada à satisfação conjugal e é um aspecto complexo e inerente aos relacionamentos interpessoais, especialmente no que se refere ao contexto conjugal (Rehman & Holtzworth-Munroe, 2007). Ao abordarmos os primeiros estudos da comunicação humana, faz-se necessário citar o Mental Research Institute (MRI), em Palo Alto. Fundado em 1959 por Don Jackson, o instituto foi um dos precursores em estudos interacionais, sistêmicos, psicoterapia breve e terapia familiar. O MRI desenvolveu o primeiro programa formal de treinamento em terapia familiar, produzindo pesquisas seminais, artigos e livros. Logo se tornou um lugar onde algumas das principais figuras do campo desenvolveram seus trabalhos. Dentre os nomes reconhecidos internacionalmente do Instituto estavam Gregory Bateson, Jay Haley, Paul Watzlawick e John Weakland (Elkaim, 1998).

Watzlawick, Jackson e Beavin (1973) desenvolveram seu estudo sobre a comunicação humana tendo como base cinco axiomas. O primeiro refere-se à premissa de que é impossível não comunicar. Todo comportamento em uma situação interacional tem valor de mensagem e representa uma comunicação. Para os autores, atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem. O segundo axioma supõe que toda comunicação tem aspectos relativos ao conteúdo e à relação. Esta característica básica da comunicação diz

respeito à interação e à troca de mensagens entre os comunicantes. Os autores colocam que, para um observador externo, uma série de comunicações pode ser vista como uma sequência ininterrupta de trocas. Contudo, os participantes na interação introduzem uma pontuação da sequência de eventos. Podemos aqui utilizar como exemplo a interação entre um casal com problemas conjugais, na qual o marido, ao explicar suas frustrações, dirá que sua única defesa contra as implicações da esposa é seu retraimento. A esposa, por sua vez, dirá que sua implicância se dá em função do retraimento do marido. Neste exemplo, cada membro do casal reage ao comportamento do outro. O terceiro axioma refere-se à complexidade não-linear dos comportamentos, à ideia de que todo comportamento é causa, ao mesmo tempo em que é efeito, de outro. Uma comunicação, para além de transmitir uma informação, impõe, ao mesmo tempo, um comportamento. O quarto axioma aponta dois tipos de comunicação, a digital e a analógica, também conhecidas como comunicação verbal e não-verbal, respectivamente. A comunicação analógica é utilizada para se referir a toda comunicação não-verbal, abrangendo posturas, gestos, expressão facial, inflexão de voz, sequência, ritmo e cadência das próprias palavras e qualquer outra manifestação não-verbal de que o organismo seja capaz. A comunicação digital refere-se à elaboração linguística e verbal da comunicação. O quinto axioma refere-se à maneira como nos relacionamos uns com os outros, em relações baseadas nas igualdades ou nas diferenças, na simetria ou na complementaridade. Na interação simétrica, os parceiros tendem a refletir o comportamento um do outro, como: fraquezas, força, bondade, características de igualdade e/ou de minimização das diferenças. Na interação complementar, o comportamento de um parceiro complementa o do outro e baseia-se na diferença. Este tipo de relação pode ser estabelecido entre pais-filho, médico-cliente, terapeuta-cliente. No caso de parceiros conjugais, um dos membros comporta-se de maneira que pressupõe o comportamento do outro e, ao mesmo tempo, fornece razão para tal comportamento.

Dentre os vários grupos de pesquisa sobre a comunicação humana, o grupo de Gregory Bateson publicou em 1956 o artigo intitulado “*Toward a theory of schizophrenia*”, em que são postuladas as bases familiares da etiologia da esquizofrenia e formulado o conceito de duplo-vínculo. Bateson, Jackson, Haley e Weakland (1956) descreveram a comunicação patogênica na família do esquizofrênico e apresentaram a hipótese do duplo vínculo, uma forma de

comunicação paradoxal que tem profundas implicações nas relações interpessoais. Os autores discutiram o papel da comunicação como processo importante na estruturação da personalidade das pessoas e descreveram cinco condições para avaliar se uma relação poderia ser considerada como duplo-vínculo: (a) presença de duas ou mais pessoas em uma relação intensa e de elevado valor afetivo e vital; (b) prevalência de mensagens paradoxais, na qual a pessoa afirma algo e posteriormente comunica algo contraditório sobre a própria afirmação, de forma que as duas mensagens se excluem mutuamente e são apresentadas em níveis comunicacionais diferentes; (c) impossibilidade do receptor da mensagem de refletir e sair do padrão interacional; (d) quando o padrão de duplo vínculo é duradouro, transforma-se em expectativa autônoma e não requer reforço posterior para se perpetuar; e (e) o comportamento paradoxal imposto pela dupla vinculação é, por sua vez, uma dupla vinculação, e isso resulta em um padrão de comunicação que perpetua a si mesmo. Bateson, Jackson, Haley e Weakland (1956) sugerem que esse é o tipo de situação que ocorre entre o pré-esquizofrênico e sua mãe, mas que também ocorre em relacionamentos normais.

O duplo-vínculo pode se estabelecer em uma relação conjugal, pois é um vínculo muito significativo e, por vezes, os parceiros não se sentem em condições de romper a relação. Guimarães, Diniz e Angelim (2017) estudaram casos de violência conjugal levando em consideração as condições que se apresentam no duplo-vínculo, e discutiram, em sua pesquisa-intervenção realizada com mulheres vítimas de violência doméstica, três indícios importantes da força das mensagens paradoxais no contexto vivido por elas: a interpretação da violência; as justificativas e a ambiguidade de sentimentos. O paradoxo entre amor e violência tende a deixar as mulheres extremamente confusas sobre o vínculo com seus parceiros. A intervenção utilizada pelas pesquisadoras permitiu às participantes da pesquisa iniciarem o processo de reflexão acerca das mensagens paradoxais e a desafiar e rever o valor de sobrevivência em relação ao parceiro agressor.

Como dito anteriormente, a comunicação é um elemento-chave na percepção da satisfação conjugal. Lavner, Karney e Bradbury (2016) desenvolveram pesquisa longitudinal com casais recém-casados, com o objetivo de compreender a relação entre comunicação e satisfação conjugal, porém os resultados encontrados indicaram que, embora a comunicação mais negativa e menos eficaz tenha sido associada a níveis mais baixos de satisfação conjugal, ela

foi um preditor inconsistente da satisfação conjugal percebida pelo próprio cônjuge ou por seu parceiro ao longo do tempo. Assim, embora a comunicação previsse satisfação em alguns casos, em geral essas mudanças não tiveram efeitos duradouros na satisfação do relacionamento. Esses resultados indicam que a influência causal da comunicação na satisfação conjugal pode ser mais limitada do que se pensava anteriormente, desafiando os principais modelos comportamentais de mudança de relacionamento, que argumentam que a satisfação do relacionamento muda em função da comunicação dos casais.

Alipour, Kazemi, Kheirabadi e Eslami (2020) conduziram um estudo para avaliar o efeito do treinamento de habilidades de comunicação com foco no casal, em relação à satisfação conjugal e aos sintomas psicológicos em mulheres grávidas. Os níveis de ansiedade, depressão e satisfação conjugal foram avaliados antes da intervenção e em intervalos de um e três meses após a intervenção. Os resultados indicaram que os níveis de satisfação conjugal aumentaram, enquanto os níveis de depressão e ansiedade diminuíram significativamente no grupo experimental após a intervenção, indicando que o programa de treinamento em habilidades de comunicação com foco no casal e com ênfase nas necessidades das mulheres grávidas pode melhorar a satisfação conjugal e a saúde psicológica destas.

A comunicação na transição para a parentalidade também foi estudada por diferentes pesquisadores (Frizzo, Silva, Piccinini & Lopes, 2011; Shapiro, Gottman & Fink, 2015; Alipour, Kazemi, Kheirabadi & Eslami, 2020). Shapiro, Gottman e Fink (2015) desenvolveram o PAIR Project, um programa psicoeducativo englobando diferentes dimensões da relação conjugal, para auxiliar os casais na transição para a parentalidade. Ao examinarem os resultados pós-intervenção, a melhoria na comunicação foi citada pelos casais como sendo a mudança mais marcante. O progresso inicial foi mais evidente em relação à comunicação por parte dos maridos do que das esposas, o que sugere que os maridos são mais receptivos à implementação de mudanças logo após o parto. Isso faz sentido, dado que a transição para a parentalidade tem um impacto maior nas esposas. Essas novas mães geralmente experimentam um declínio significativo na satisfação conjugal (Cowan & Cowan, 1999). Enquanto vivem o desafio de se tornarem mães, pode ser mais difícil para as esposas aplicarem novas habilidades de comunicação durante um conflito.

Frizzo, Silva, Piccinini e Lopes (2011) investigaram a comunicação conjugal durante a transição para parentalidade no contexto da depressão pós-parto. Os resultados revelaram dificuldades nos casais estudados no que se refere à expressão de sentimentos e ideias, tanto por parte das esposas, como dos maridos. As esposas relataram dificuldades de se expressar e de se sentirem compreendidas. Os maridos tinham queixas sobre a mulher não se abrir e de não responder adequadamente aos sentimentos expostos por eles. Os autores salientam que a expressão de sentimentos e ideias é amplamente admitida na literatura como um fator importante para a satisfação conjugal, podendo ser vista como uma forma de apoio emocional disponibilizada pelo parceiro. Além disso, quando o casal consegue compartilhar seus sentimentos, desejos, e necessidades de forma assertiva, se tornam mais fáceis os processos de resolução de problemas, uma vez que se esclarece o que é esperado de cada um.

No decorrer do ciclo de vida familiar, o casamento atravessa diferentes etapas de transição, exigindo do casal conjugal esforços contínuos de mudança e de adaptação. Momentos de afetividade positiva e outros de afetividade negativa são esperados e, nesse sentido, uma relação conjugal avaliada pelos cônjuges como mutuamente satisfatória não se refere, necessariamente, a uma relação conjugal sem conflitos, pois estes são inerentes a todos os relacionamentos humanos e podem resultar em novas oportunidades e transformações aos envolvidos (Bolze, Schmidt, Crepaldi & Vieira, 2011).

3.2

O conflito conjugal na transição para a parentalidade

O conflito conjugal é um dos tópicos mais investigados em pesquisas sobre conjugalidade. É um fenômeno natural, que surge como resultado de diferentes interesses, opiniões e perspectivas entre os membros do casal (Fincham, 2009). Definir o conflito conjugal é uma tarefa difícil, pois este envolve desde discordâncias facilmente solucionáveis até ameaças, agressões físicas e psicológicas, bem como comportamentos hostis. Algumas interações conflitivas causam apenas certo incômodo e irritação, ao passo que outras podem ser de complexidade e de intensidade opressivas (Bolze, Schmidt, Crepaldi & Vieira, 2013).

Evidências sugerem que as mulheres experimentam a transição para a parentalidade como uma fonte maior de conflitos de relacionamento do que os homens, já que as mães geralmente estão mais envolvidas na criação dos filhos e sofrem mais com o estresse gerado por esta adaptação (Huss & Pollmann-Schult, 2020). Além disso, novos pais geralmente se encontram em uma divisão do trabalho mais tradicional, que é frequentemente vista como injusta pelas mães.

Estudos apontam estratégias de enfrentamento específicas de gênero em situações estressantes e após eventos cruciais da vida. Enquanto as mães geralmente aumentam seus esforços na criação dos filhos em resposta a dificuldades de adaptação, os homens fazem o oposto (Jia, Kotila, Schoppe-Sullivan & Kamp Dush, 2016). Essas diferentes estratégias de enfrentamento podem afetar a maneira como os indivíduos respondem à transição para a parentalidade e aos conflitos de relacionamento subsequentes. Essas descobertas sugerem que o conflito no relacionamento modera a satisfação conjugal de homens e mulheres de maneira diferente.

O foco deste trabalho é a relação conjugal, no entanto, o conflito conjugal tem consequências que reverberam não apenas na saúde física e mental dos cônjuges, mas também de todo o sistema familiar. A conjugalidade e a parentalidade são duas dimensões que se influenciam reciprocamente, por isso a importância de incluir esta segunda dimensão em nossa discussão. Quando um casal não tem filhos, o enfrentamento das situações de conflito fica limitado ao contexto conjugal. Entretanto, com a chegada dos filhos, é natural que eles estejam expostos, em alguma medida, às discórdias conjugais. Assim, as estratégias de enfrentamento utilizadas pelo casal frente às situações de conflito podem ir além do contexto conjugal, gerando repercussões para o desenvolvimento dos filhos e para a dinâmica das relações familiares (Goulart, Wagner, Barbosa & Mosmann, 2016). Erel e Burman (1995) afirmam que existe um transbordamento do clima emocional da relação conjugal dos progenitores para a parentalidade e vice-versa, caracterizando o efeito *spillover*. A transposição para a relação parental da hostilidade e estresse gerados a partir do conflito conjugal pode gerar mudanças na disponibilidade emocional e no acompanhamento e cuidado da criança. Essas mudanças podem caracterizar-se por baixa responsividade, rejeição, hostilidade, baixo monitoramento, disciplina severa ou inconsistente (McCoy, George, Cummings & Davies, 2013).

Os conflitos conjugais são descritos na literatura especializada a partir de quatro dimensões: conteúdo, frequência, intensidade e resolução, sendo esta última um dos fatores de impacto principal nas relações e, portanto, considerada a dimensão mais importante do conflito conjugal (Delatorre & Wagner, 2018). O conteúdo do conflito se refere aos temas que causam desacordos entre os parceiros. Delatorre e Wagner (2018) apontam alguns dos temas de conflito mais frequentemente descritos na literatura, tais como: práticas de criação de filhos, tempo de lazer do casal, finanças, trabalho doméstico, sexualidade, disputas de poder, desconfiança, intimidade, ideias divergentes, personalidade do parceiro e parentes. A frequência com que os conflitos ocorrem está relacionada à insatisfação conjugal e a um impacto negativo no bem-estar das crianças. A intensidade desses conflitos contribui também para problemas de habilidades emocionais e sociais das crianças, especialmente em conflitos de alta intensidade envolvendo violência. As autoras salientam que a resolução é um dos fatores determinantes para o impacto dos conflitos no relacionamento e, portanto, é a dimensão mais importante do conflito conjugal. Nessa perspectiva, os pesquisadores têm investigado estratégias de resolução de conflitos, definidas como os comportamentos através dos quais os parceiros tentam gerenciar seus desacordos (Marchand & Hock, 2000).

3.3

O manejo dos conflitos conjugais: estratégias e intervenções

A satisfação conjugal é afetada não somente pela frequência e intensidade dos conflitos, mas também pela forma como o casal maneja seus conflitos (Huss & Pollmann-Schult, 2020). Diferentes estudos foram desenvolvidos com casais em distintos estágios do ciclo de vida familiar com o objetivo de compreender a forma como eles lidam com os conflitos conjugais e também visando ao desenvolvimento de intervenções com o objetivo de auxiliá-los a gerenciarem seus conflitos (Gottman & Tabares, 2018; Marchand & Hock, 2000; Delatorre & Wagner, 2018).

Bolze, Schmidt, Böing e Crepaldi (2017), com o objetivo de compreender as características e as estratégias de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças, realizaram entrevista semiestruturada com 12 casais

com filhos. A análise categorial temática evidenciou que os conflitos conjugais envolveram motivos pessoais, relacionais e contextuais e a utilização de estratégias de resolução construtivas e destrutivas. As estratégias construtivas abrangeram comunicação aberta e solução de problemas; as destrutivas, evitação e hostilidade verbal. Os conflitos pais-criança abarcaram motivos relacionados à dificuldade parental para imposição de limites, com uso de estratégias construtivas, caracterizadas pela disciplina não violenta, bem como estratégias destrutivas, com agressão física e psicológica. Os pesquisadores indicam que o uso de estratégias de hostilidade e de violência nas interações conflituosas conjugais está associado a estratégias de disciplina severa com a criança, podendo incluir agressão psicológica e punição corporal, cuja utilização pode desencadear distúrbios emocionais e comportamentais infantis. O uso de estratégias destrutivas de resolução de conflitos, pelo casal, relaciona-se a práticas parentais negativas e ao comprometimento do desenvolvimento infantil típico.

Murta, Rodrigues, Rosa & Paulo (2012) desenvolveram um estudo que teve por objetivo avaliar um programa longitudinal de apoio à transição para a parentalidade. As interações pais-bebê e reações do casal à intervenção foram avaliadas e a análise dos dados evidencia que o casal fez uso das informações e estratégias recebidas, com impacto positivo nas dimensões da conjugalidade. As estratégias do programa tinham como foco a melhor comunicação e solução de problemas interpessoais e da parentalidade.

Gottman e Tabares (2018), ao desenvolverem um estudo a respeito da interrupção breve de conflitos conjugais, examinaram o comportamento de casais resultante de duas intervenções. Uma delas foi uma “intervenção de elogios” para aumentar a positividade, e a outra foi uma “intervenção de críticas” para aumentar a negatividade. Os casais participantes foram designados de forma aleatória para um dos dois grupos de intervenção ou para um grupo controle. O casal era estimulado a iniciar uma discussão e, após 20 minutos, era interrompido pelo pesquisador. No primeiro grupo, após esta interrupção, os cônjuges elogiavam os traços pessoais positivos um do outro, uma intervenção projetada para aumentar o afeto positivo. Na segunda intervenção, projetada para aumentar o afeto negativo, os cônjuges foram convidados a discutir sua insatisfação em relação à personalidade do parceiro e a fazer críticas sobre esses traços negativos. No grupo controle, os casais leram revistas após a interrupção. A interrupção do conflito

conjugal teve um grande efeito nas discussões subsequentes a ela, mas apenas se considerarmos como o casal interpretou a intervenção. Os pesquisadores perceberam que o modo como os cônjuges interpretam elogios ou críticas de um em relação ao outro afeta a continuidade do conflito quando este é retomado. Isso significa que os próprios casais determinaram a natureza das intervenções. Quanto maior o nível de estresse e desgaste da relação, maior a probabilidade dos casais se engajarem em discussões que aumentam o afeto negativo, independente da orientação dada pelos pesquisadores. Portanto, enquanto o pesquisador pretendia uma intervenção para alterar a interação de uma maneira específica, esta não era necessariamente implementada pelos casais. Gottman e Tabares (2018) salientam que os profissionais precisam monitorar os efeitos das intervenções nos casais e como estas são interpretadas pela díade.

Delatorre e Wagner (2018) investigaram estratégias construtivas e destrutivas de resolução de conflitos utilizadas por mulheres e homens casados, bem como a associação dessas estratégias com variáveis sociodemográficas e de relacionamento. As pesquisadoras avaliaram três estratégias: acordo, evitação e ataque. As estratégias de ataque incluem ataques físicos e verbais ao parceiro, enquanto as de evitação referem-se ao distanciamento do cônjuge durante o conflito ou ao não compartilhamento de sentimentos pessoais. Finalmente, o acordo compreende negociação, discussão conjunta de problemas e compromisso. Em relação aos resultados, concluiu-se que homens e mulheres com filhos utilizavam a estratégia de evitação de conflitos com mais frequência do que aqueles que não tinham filhos. O uso desta estratégia pode indicar dificuldades em lidar com a chegada de novos membros no sistema familiar e reforça a hipótese de que o efeito *spillover*, ou transbordamento dos conflitos de um subsistema ao outro, ocorre não somente na direção do conjugal para o parental, mas também os conflitos com relação aos filhos podem impactar a conjugalidade (Mosmann & Falcke, 2011). Utilizar estratégias construtivas reverbera positivamente no relacionamento ao longo do tempo, reforçando a aliança entre os cônjuges e os fortalece diante das situações de estresse no dia-a-dia (Costa, Cenci & Mosmann 2016).

Garcia e Tassara (2001) também analisaram estratégias de resolução de conflitos utilizadas por mulheres casadas e pertencentes a estratos econômicos médio e alto. As pesquisadoras identificaram o uso de estratégias diretas, indiretas

ou o uso combinado de estratégias diretas e indiretas. As formas diretas se caracterizam por ordens, ameaças, reprimendas e cobrança. Aqui ocorreria a explicitação direta da queixa ou da insatisfação que envolve a relação. A comunicação visa a advertir o outro sobre a não satisfação de alguma necessidade. Dentre as formas indiretas estão a desqualificação do cônjuge, a chantagem emocional e a fragilização do marido e/ou dos filhos. Uma das conseqüências da adoção de estratégias indiretas é que, ao conseguir a mudança no comportamento do outro, os créditos não seriam atribuídos ao provocador de tal fato. O tipo de estratégia escolhida, seja direta ou indireta, seria resultante do papel e do *status* de cada um dos cônjuges, bem como da distribuição de poder desses na dinâmica familiar.

Diferentes dimensões compõem a satisfação conjugal e o desafio das pesquisas relacionadas à conjugalidade na transição para a parentalidade encontra-se justamente na complexidade envolvida nas relações. Por isso, identificar os padrões de comunicação, os motivos de conflitos mais comuns e as estratégias utilizadas pelos casais, pode ajudar os terapeutas no desenvolvimento de intervenções que reflitam a realidade diária dos cônjuges. De acordo com Mosmann & Falcke (2011), é necessário que se trabalhe em diferentes níveis com os casais, buscando a conscientização em relação aos mitos conjugais, o reconhecimento e modificação dos padrões de interação conflituosa, os processos de comunicação, bem como o treinamento de habilidades para o desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos mais eficazes.

4

Família de origem e rede social: influências na parentalidade e na conjugalidade

Este capítulo aborda as influências da família de origem e da rede social com a chegada do primeiro filho. Inicialmente, abordaremos alguns conceitos-chave na compreensão da transmissão geracional. Em seguida, discutiremos a respeito das influências da transmissão geracional na satisfação conjugal. Abordaremos também as mudanças na relação com as famílias ampliadas e com a rede social no período de transição para a parentalidade e seu impacto na conjugalidade.

4.1

Transmissão geracional e satisfação conjugal

A família vem passando por diversas transformações na contemporaneidade. Diante de todas estas mudanças, a família tem sido cada vez mais evocada como instituição responsável pela transmissão de crenças, valores e aprendizados e pela construção de uma cultura capaz de inserir o indivíduo em uma determinada sociedade, com seus costumes e modos de relacionamento (Scorsolini-Comin & Santos, 2016). O grupo familiar é responsável pelo cuidado, pelas primeiras relações interpessoais e pela construção da afetividade e do amadurecimento emocional. As famílias, ao longo do ciclo de vida, estão vulneráveis às crises que, apesar de geradoras de instabilidade, impulsionam ao crescimento e à maturação. Esta instabilidade temporária cria a necessidade de reorganização das relações familiares e descobertas de novas regras de funcionamento (Wagner, Predebon & Falcke, 2014).

A família se perpetua mediante a transmissão de seus legados de geração a geração. O fenômeno da transmissão geracional dá identidade ao grupo e explica também o significado das idiossincrasias e transações que caracterizam o funcionamento familiar da última geração. Entender esse fenômeno e as diferentes formas de sua expressão é fundamental para a compreensão da dinâmica familiar (Wagner, Predebon & Falcke, 2014). O conceito de transmissão geracional surgiu com a tentativa de explicar os padrões familiares e fenômenos que ocorrem em

uma geração e se repetem nas gerações seguintes. Segundo Wagner, Predebon e Falcke (2014), o estudo da transmissão geracional focaliza a variedade de padrões familiares que se repetem de uma geração a outra, mesmo que as pessoas envolvidas não tenham consciência. As autoras realizaram revisão da literatura sobre os fenômenos transgeracionais e descreveram as principais características de cada um, apresentando as diferenças entre cada conceito e suas características principais. Os seguintes fenômenos foram abordados por elas e serão descritos brevemente: valores, crenças, mitos, segredos, ritos ou rituais, legados e lealdades. Estes fenômenos estão em processo contínuo de interação, não se expressando de forma isolada na dinâmica familiar.

Os valores são aspectos que a família ou grupo se preocupam em transmitir aos seus descendentes e correspondem à ideologia do sistema familiar, podendo ser explícitos ou implícitos. Com relação às crenças, as autoras pontuam que se referem a um conjunto de pressupostos em relação ao que é certo ou errado e que, em função disso, devem ser incorporadas ou não pela família. As crenças constituem-se na base da identidade familiar. Os mitos são sistemas explicativos de aspectos da vida e têm a finalidade de garantir a coesão da família. Eles têm um componente fortemente inconsciente. Os segredos referem-se a atitudes de esconder fatos e sentimentos que não correspondem aos padrões familiares e sociais ou que dizem respeito à privacidade do sujeito. Eles tendem a reforçar os limites e fronteiras do sistema. Já os ritos ou rituais são cerimônias com regras determinadas que têm como função transmitir os mitos familiares e ensinar os membros sobre valores, atitudes e comportamentos. Eles assinalam as transições do ciclo evolutivo vital da família. Os legados são fenômenos que revelam às gerações seguintes os principais aspectos da família atual e o que se espera que tenha continuidade. Eles incluem instruções com relação à maneira como deve constituir-se a família da geração seguinte. E, por fim, as lealdades são forças que tornam o sujeito um membro efetivo do grupo e lhe exigem, em troca, o compromisso de cumprir os mandatos do sistema; marcam o pertencimento e visam a criar um vínculo entre os membros, inclusive transgeracionalmente.

O conceito de lealdade é fundamental para a compreensão das estruturas relacionais das famílias e de outros grupos sociais. Boszormenyi-Nagy e Spark (1973) descrevem-na como um tecido de fibras invisíveis, mas muito resistentes, que mantém unidos fragmentos complexos de conduta relacional. A lealdade

marca o pertencimento do sujeito a um grupo, aparecendo tanto como uma característica grupal e também sob a forma de uma atitude individual. O sujeito, ao internalizar as expectativas colocadas sobre ele e, ao assumir um conjunto de atitudes a fim de cumprir seus mandatos, torna-se um membro leal do grupo, garantindo a manutenção do mesmo. O grau de lealdade dependerá da posição de cada indivíduo dentro do seu universo, que será determinado pelo papel que lhe é delegado pela sua família através das gerações. A etimologia da palavra “lealdade” tem, em sua raiz, a palavra “lei”. As famílias têm suas próprias leis, na forma de expectativas compartilhadas.

Certas necessidades afiliativas são atribuídas a sentimentos de obrigação carregados de culpa, serviço e autossacrifício. São regidas, assim, por um componente de obrigação ética, vinculado, primeiramente, ao sentido de dever e de justiça compartilhado pelos membros que se encontram comprometidos com essa lealdade. A impossibilidade de cumprir com tais obrigações gera sentimentos de culpa, que passam a se constituir em uma força secundária de regulação do sistema (Falcke & Wagner, 2014). A lealdade possui papel fundamental na manutenção da homeostase familiar. Para Boszormenyi-Nagy e Spark (1973), é como se houvesse um “livro-caixa” da família que contabilizasse os créditos e débitos intergeracionais, o que cada um deve dar e receber. Aquele que recebe ficaria em dívida com o membro que deu, sentindo-se na obrigação de retribuir, correspondendo às suas expectativas. Se a “conta” entre pais e filhos permanecer aberta, dificultará o desenvolvimento. A compensação ou “reembolso” do que foi anteriormente recebido e não devidamente ajustado, poderá recair sobre as futuras gerações (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973). Nos momentos de crise, como na transição para a parentalidade, fica mais evidente o poder dos padrões familiares geracionais. Os sujeitos, ao conhecerem o que é transmitido geracionalmente, têm a possibilidade de fazer escolhas mais conscientes do que desejam para suas vidas (Falcke & Wagner, 2014).

Nos trabalhos realizados com famílias a partir da ótica sistêmica, o sistema familiar deve ser compreendido por, pelo menos, três gerações. Tendo em vista o aumento na expectativa de vida e as mudanças no contexto familiar, é possível considerar, com frequência, quatro gerações. Ao valorizar os eventos e transições no ciclo de vida familiar, pode-se compreender as mudanças organizacionais e as

estratégias de manejo de uma família em relação a situações estressantes do passado (Bertin & Passos, 2003).

Alguns autores se dedicaram ao estudo da família multigeracional, descrevendo-a como uma rede relacional que possui papel fundamental na vida do indivíduo. Dentre eles, podemos citar Maurizio Andolfi e Murray Bowen. Andolfi (1998) aborda o estudo das famílias a partir da análise de três gerações e leva em conta a dimensão histórico-evolutiva do sistema. A atenção se volta não apenas para a história pessoal do indivíduo, mas para a de seus pais e a das relações que estes mantêm entre si e com suas respectivas famílias de origem. Ele coloca que seu principal objetivo é a busca de uma conexão dinâmica entre o individual, o familiar e o social. Para Andolfi (2018), é como se o indivíduo, ao nascer, fosse catapultado para um livro já preenchido com personagens e histórias, em que é estabelecido um contato com uma realidade cujas regras já estão parcialmente escritas. O sujeito é inevitavelmente influenciado por esse enredo. Em outras palavras, a história de cada família é uma trama complexa de histórias individuais, vínculos intergeracionais e experiências compartilhadas, que se seguem durante um período de tempo que define a evolução e a sucessão de gerações. Assim, a abordagem trigeracional oferece uma perspectiva que transcende as relações atuais dos indivíduos e se enraíza nas famílias de origem de cada um. Quanto mais conflitos não-resolvidos nas relações com as famílias de origem, menos livre o indivíduo está nas suas escolhas e maior é a necessidade do indivíduo de se ligar a um tipo particular de parceiro ou parceira. Desta forma, segundo o autor, é possível observar como as relações atuais são sobrecarregadas pelo peso dos conflitos não-resolvidos nas gerações passadas, dos quais os indivíduos envolvidos não têm consciência.

Murray Bowen, ao pesquisar o processo de diferenciação dos membros de várias gerações em diversas famílias, observou que os níveis de diferenciação do ego de cada indivíduo seriam determinados antes mesmo de ele nascer, pelas relações de sua família de origem, sendo transmitido através das gerações (Kerr & Bowen, 1998). A teoria dos sistemas familiares de Bowen procura compreender a ligação entre o funcionamento individual e a dinâmica relacional familiar, e baseia-se na lógica de que seus membros estão ligados uns aos outros de tal maneira que o funcionamento de um deles afeta os demais. A família é um sistema interdependente e intercambiante, no qual mudanças que afetam uma de

suas partes são seguidas por mudanças compensatórias em outras partes que o compõem. Portanto, é essa unidade familiar, e não mais os indivíduos que pertencem a ela, que se torna o principal objeto a ser considerado (Kerr & Bowen, 1998).

O conceito de diferenciação do ego é central no modelo teórico de Bowen e pode ser visto sob vários ângulos. Sua ideia principal diz respeito ao grau em que as pessoas se fusionam ou se fundem emocionalmente com outras para criar um eu comum, e está intimamente ligado à necessidade de coesão e à manutenção da unidade no grupo ao longo do tempo (Kerr & Bowen, 1998; Papero, 1990). A diferenciação do ego se apresenta dentro do sistema relacional familiar e engloba as dimensões intrapsíquica e interpessoal. A primeira relaciona-se com a capacidade para distinguir as emoções dos pensamentos e a segunda abrange a capacidade para equilibrar a intimidade e a autonomia nas relações (Major, Miranda, Rodriguez-González & Relvas, 2014).

Quanto mais alto o grau de diferenciação de um indivíduo, mais ele pode exercer sua individualidade e menos ligações emocionais indiferenciadas terão de ser gerenciadas por ele em seus relacionamentos (Kerr & Bowen, 1998). A diferenciação é um produto de uma maneira de pensar, que se traduz em uma maneira de ser. Todo ser humano chega ao mundo totalmente dependente dos outros para o seu bem-estar. Na maioria dos casos, essa dependência é de um cuidador principal, geralmente a mãe do bebê. Em uma progressão natural, tanto os pais quanto a criança movimentam-se no sentido de uma maior autonomia emocional, e este filho poderá, portanto, desenvolver um grau elevado de diferenciação do ego. Porém, quando a separação emocional se faz de forma incompleta, os pais e a criança permanecem emocionalmente presos um ao outro (Kerr & Bowen, 1998).

Outro conceito desenvolvido por Bowen diz respeito à ansiedade e como ela pode influenciar o sistema emocional humano. Quanto mais baixo o nível de diferenciação de uma pessoa, menor a sua adaptabilidade ao estresse. Quanto maior o nível de ansiedade crônica em um sistema de relacionamento, maior a pressão sobre as capacidades adaptativas dos indivíduos. A ansiedade é definida como o medo diante de uma ameaça real ou imaginária e foi dividida por ele em dois tipos: aguda e crônica. A primeira se constitui na resposta do organismo a uma ameaça real e limita-se ao seu período de atuação, permitindo ao indivíduo

recuperar-se. O segundo termo refere-se a um estado que independe de qualquer situação ou estímulo específico, gerando o apego ansioso, que seria uma forma patológica de ligação orientada pela ansiedade e pela emocionalidade (Martins, Rabinovich & Silva, 2008; Papero, 1990).

A ansiedade crônica é influenciada por muitos fatores e é conceitualizada como um sistema ou processo de ações e reações que, uma vez acionadas, se tornam amplamente independentes dos estímulos desencadeantes iniciais (Kerr & Bowen, 1998). Embora eventos desenvolvimentais (relacionados a transições do ciclo de vida) ou imprevisíveis (morte, desemprego, doenças graves etc.) sejam, geralmente, os principais geradores de ansiedade aguda, os principais geradores de ansiedade crônica são as reações dos indivíduos a um distúrbio no equilíbrio de um sistema de relacionamentos. Bowen ressalta o fato de que o sistema familiar e os indivíduos são, constantemente, convocados à mudança, especialmente em momentos de transição no ciclo de vida familiar, quando há um aumento de tensão que pode gerar um alto nível de ansiedade, dificultando o processo de diferenciação.

Eventos reais ou previstos, como a aposentadoria ou o nascimento de um filho, podem inicialmente perturbar ou ameaçar o equilíbrio de um sistema familiar, mas uma vez que o equilíbrio é perturbado, a ansiedade crônica é propagada mais pelas reações das pessoas ao distúrbio do que pelas reações ao próprio evento (Kerr & Bowen, 1998). O relacionamento de um casal, por exemplo, pode estar em harmonia e contribuir para o bem-estar emocional de ambos até que a esposa engravide. A expectativa com o nascimento de um filho pode perturbar o equilíbrio emocional do casamento, de modo que um dos dois membros do casal entre em uma posição emocional desfavorável. A mãe pode sentir-se sobrecarregada pela responsabilidade em relação ao bebê antes mesmo do nascimento e recorrer ao marido para obter mais apoio emocional. O marido pode reagir às necessidades de sua esposa, criticá-la e afastar-se. Seu distanciamento isola a esposa, o que aumenta ainda mais sua ansiedade e o desejo de apoio. Sua ansiedade pode permanecer alta por muitos meses, até que o sistema familiar estabeleça um novo equilíbrio que inclua o bebê. Se o marido e a esposa não tivessem sido tão reativos um com o outro, cada um poderia ter se adaptado à gravidez de forma mais eficiente.

Em um sistema pouco diferenciado, após a perturbação do equilíbrio do sistema, pode não ser possível restaurar o equilíbrio sem a introdução de um sintoma crônico (Kerr & Bowen, 1998). Uma característica da adaptação da família a tensões internas e externas, em outras palavras, é a presença deste sintoma. Por exemplo, a mãe, neste caso, pode desenvolver problemas crônicos de abuso de substâncias após o nascimento do bebê. A reatividade dos pais impede a redução da ansiedade por meio do apoio fornecido pelo relacionamento conjugal e o abuso de substâncias assume essa função. Se marido e mulher assumem que o problema é o abuso de substâncias e não o relacionamento deles, isso tira a pressão do casamento e permite que o equilíbrio seja restaurado. Pode ser mais fácil para cada cônjuge definir o problema como sendo a adicção e não o relacionamento, pois fornece uma ilusão de harmonia conjugal que é atraente para os dois. Na verdade, a adicção da esposa é uma consequência da maneira como ambos os cônjuges funcionam.

Embora a ansiedade faça parte da vida de todos os indivíduos, a quantidade de ansiedade vivenciada por cada um varia significativamente (Kerr & Bowen, 1998). A compreensão da origem dessa variação entre indivíduos e famílias se inicia ao examinarmos a história familiar multigeracional. Em todas as famílias, o nível de ansiedade crônica mostra um aumento gradual através das gerações em alguns núcleos familiares e uma diminuição em outros. À medida que as gerações vão surgindo, alguns núcleos da família tornam-se mais governados pela reatividade emocional do que outros. O sistema de relacionamento entre a criança em desenvolvimento e seus cuidadores tem um peso no que se refere ao desenvolvimento e à transmissão da ansiedade crônica. Em termos individuais, o grau de diferenciação emocional alcançado pela pessoa dentro de sua família irá elucidar o funcionamento e o comportamento na vida, em geral. A teoria boweniana pontua que não é possível explicar os processos emocionais de uma relação sem levar em consideração as demais relações. Uma relação se torna interligada a outra através do movimento triangular (Kerr & Bowen, 1998). O triângulo descreve o equilíbrio dinâmico em um sistema de três indivíduos, o qual é influenciado pelo nível de ansiedade. Quando a ansiedade aumenta, um terceiro é envolvido na tensão entre dois indivíduos, criando o triângulo. O envolvimento deste terceiro diminui a ansiedade da díade ao deslocar a tensão para esta nova relação.

Os teóricos dos sistemas familiares enfatizam a importância de compreendermos as famílias como sistemas complexos e integrados. A chegada de um bebê muda não apenas a relação dos novos pais com seus próprios pais, que estão se tornando avós, como também as experiências vividas dentro da família de origem influenciam a formação da nova família (Perren, von Wyl, Bürgin, Simoni & von Klitzing, 2005). Durante a transição para a parentalidade, as experiências dos novos pais em relação a suas famílias de origem podem influenciar modelos ou representações mentais do funcionamento da família em um nível consciente e inconsciente. Perren, von Wyl, Bürgin, Simoni e von Klitzing (2005) identificaram em sua pesquisa que os indivíduos que possuem lembranças negativas em relação à qualidade do relacionamento de seus pais relataram mais mudanças negativas na qualidade de seus próprios casamentos. De acordo com os autores, parece haver uma transmissão geracional da qualidade conjugal, que vem à luz quando os casais são desafiados pelo nascimento e pela criação de um bebê. Mães que têm lembranças positivas do casamento de seus pais não relataram aumento significativo nos conflitos após a chegada do primeiro filho. Além disso, estas mães apresentaram maior capacidade de diálogo do que aquelas com lembranças negativas, e até mostraram um aumento na capacidade de diálogo ao longo do tempo. Da mesma forma, pais com lembranças positivas em relação ao casamento de seus pais relataram maior satisfação e melhor comunicação. As mudanças mais negativas ocorreram em casais em que ambos os parceiros tinham recordações negativas em relação ao casamento de seus pais.

A coparentalidade, ou a maneira pela qual os pais negociam seus papéis parentais e compartilham responsabilidades na criação dos filhos, é considerada um subsistema familiar chave, influenciando e sendo influenciado pela conjugalidade. O estudo de Yan, Olsavsky, Schoppe-Sullivan e Kamp Dush (2018) examinou se e como a qualidade da coparentalidade na família de origem era capaz de prever a percepção que os novos pais tinham a respeito do funcionamento de suas relações conjugais durante a transição para a parentalidade. Os resultados mostraram que pais que percebiam a coparentalidade de seus próprios pais como negativa experimentaram maiores declínios na qualidade de suas próprias relações durante a transição para a parentalidade. Os resultados sugerem que a qualidade das relações coparentais nas famílias de origem influenciam os sujeitos até a idade adulta.

Os resultados encontrados por Lane, Wilcoxon e Cecil (1988) já indicavam que a transição para a parentalidade é menos estressante no que diz respeito ao ajustamento conjugal para maridos e esposas com experiências positivas em suas famílias de origem. Em contraste, o ajustamento conjugal saudável pode ser dificultado pelo estresse da transição para a parentalidade para cônjuges com experiências negativas em suas famílias de origem. O estudo também indicou que a qualidade conjugal percebida nas experiências da família de origem é uma consideração mais saliente do que muitas outras variáveis (por exemplo, anos de casamento, educação, renda), especialmente para mulheres. As pesquisadoras apontam para a importância dos resultados no que diz respeito às implicações clínicas, tanto no tratamento quanto em caráter preventivo na terapia conjugal e com novos pais. A experiência vivida na família de origem pode ser uma base significativa para a intervenção com maridos e esposas envolvidos na terapia conjugal. Elas sugerem ainda que ênfase adicional pode ser dada às experiências com a família de origem a casais envolvidos em aulas de preparação para o parto e/ou grupos de pós-parto com o intuito de prevenir dificuldades conjugais que poderiam surgir na transição para a parentalidade.

4.2 Família e rede social

Considerando que cada estágio do ciclo vital apresenta diferentes desafios, admite-se que um dos recursos existentes, a rede social, também se modifique para dar conta das demandas presentes. A rede social se mostra especialmente importante na etapa de transição para a parentalidade, incluindo o período da gestação, pós-parto, puerpério e no retorno da mulher ao trabalho (Rapoport & Picinini, 2006).

Tendo em vista a literatura sobre a temática das redes, cabe esclarecer que as produções bibliográficas apresentam variedade de definições que aludem, também, aos termos suporte social, redes informais, redes sociais e apoio social (Krenkel & Moré, 2017). O “suporte social” refere-se ao conjunto de instituições e organizações formais que dirigem suas práticas para ações de prevenção e promoção da saúde, de modo a minimizar o estresse e aumentar o bem estar das pessoas. São exemplos de organizações/instituições que prestam suporte social:

hospitais, postos de saúde e escolas. Por outro lado, há autores que utilizam o termo “*redes informais*” ao se referirem às pessoas que compõem a família nuclear e ampliada e demais pessoas da comunidade que estabelecem uma relação afetiva próxima. Para Gonçalves, Pawlowski, Bandeira & Piccinini (2011), o termo “redes sociais” refere-se à ideia de pessoas interconectadas em uma rede de relações tanto formais quanto informais, com o foco para aspectos relacionados à estrutura da rede, como tamanho, composição, densidade e reciprocidade. Os mesmos autores definem o apoio social como uma das funções desempenhadas pelos membros da rede social de um indivíduo, envolvendo qualquer informação, falada ou não, e/ou assistência material e proteção oferecida por outras pessoas e/ou grupos com os quais se têm contatos sistemáticos e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos.

Para este estudo, utilizaremos o conceito de rede conforme proposto por Sluzki (1997): rede social pessoal ou rede social significativa inclui todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito, tais como amigos, família, relações de estudo e trabalho, inserção comunitária e práticas sociais, ou seja, são aquelas formadas por todas as relações consideradas significativas, diferenciadas das demais e que são capazes de oferecer ajuda e apoio em momentos de crise. Para o autor, a rede social é uma fronteira que vai muito além da pele do indivíduo e inclui tudo aquilo com que o sujeito interage. Esta forma de definir este pressuposto conceitual é crítica para uma compreensão mais completa dos processos de integração psicossocial, promoção do bem-estar, desenvolvimento da identidade e consolidação dos potenciais de mudança. A rede pode ser avaliada em diferentes termos: características estruturais (tamanho, densidade, composição, dispersão, homogeneidade/heterogeneidade), funções da rede (companhia social, apoio social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços, acesso a novos contatos) e atributos do vínculo (função predominante, multidimensionalidade, reciprocidade, intensidade, frequência dos contatos e história).

Várias são as pessoas que oferecem suporte à família e ao indivíduo, promovendo, assim, uma melhoria na qualidade de vida daqueles beneficiados (Dessen & Braz, 2000). Dentre elas, destacam-se os próprios membros familiares, outros parentes da família extensa (avós, tios, primos), amigos, companheiros, vizinhos e profissionais, que podem auxiliar de diversas maneiras: fornecendo

apoio material ou financeiro, executando tarefas domésticas, cuidando dos filhos, orientando e prestando informações e oferecendo suporte emocional. Os suportes sociais recebidos e percebidos pelas pessoas são fundamentais para a manutenção da saúde mental, para o enfrentamento de situações estressantes, como tornar-se pai e mãe e para a percepção da satisfação pessoal e conjugal.

Jennings, Stagg e Connors (1991) estudaram a respeito dos efeitos benéficos do suporte social recebido por mães de crianças em idade pré-escolar. Em sua pesquisa, 44 mães foram entrevistadas sobre suas redes sociais, redigiram um diário de seus contatos com os membros da rede e foram observadas em interação com suas crianças, em uma sessão de brincadeira. Os autores definiram, para fins do estudo, dois tipos de rede social destas mulheres, a partir dos quais realizaram suas análises: (a) rede pessoal, que corresponde a todas as pessoas que a mãe considera importantes em sua vida, incluindo seu marido, outros membros da família nuclear e extensa, amigos e vizinhos e (b) rede materna, que inclui as pessoas que a mãe considera importantes para o desempenho de seu papel de mãe, como aquelas com as quais ela conversa sobre a criança, que cuidam da mesma ou prestam outro tipo de assistência. Os resultados mostram que as mães que relataram níveis mais altos de satisfação com suas redes pessoais e tinham redes maternas mais extensas apresentaram mais comportamentos maternos considerados adequados, se mostravam menos intrusivas e controladoras, eram mais afetuosas e estabeleciam relações mais satisfatórias com suas crianças.

O estudo de Dessen e Braz (2000) descreveu as transformações na rede social das famílias durante a transição para a parentalidade, englobando casais grávidos e com filhos de até 6 meses. Quinze pais e suas respectivas esposas/companheiras participaram de uma entrevista semi-estruturada e responderam um questionário. A principal alteração na rede, segundo as mães, foi o aumento do apoio psicológico recebido. Já para os pais, foi o aumento da ajuda financeira e material. O apoio do marido/companheiro foi considerado, por todas as mães, mais importante que os demais. Sobre a participação e a influência dos avós durante o período de transição da família decorrente do nascimento de filhos foram destacados o apoio, o auxílio material e os cuidados prestados à mãe/família durante a hospitalização da mãe e após o nascimento do bebê. As autoras salientam que, após o nascimento do bebê, é comum uma reaproximação com os avós. Eles não somente ajudam a cuidar do bebê, mas representam uma

das principais formas dos cuidados utilizados pelas famílias em que pais e mães trabalham fora. Os avós são um meio de ampliar a família, em virtude de sua ligação com as crianças, e também pelo benefício mútuo do seu envolvimento.

A participação das redes sociais na vida dos indivíduos se dá desde o nascimento até a morte. Os sujeitos participam de uma trama interpessoal que os molda e que contribui para moldar a sua rede social (Wrzus, Hänel, Wagner & Neyer, 2013).

A identificação e a busca das relações de apoio se mostram diferentes ao longo do tempo, a fim de acompanhar as readaptações familiares. As mudanças na rede relacionadas à idade são congruentes com as mudanças provocadas por eventos de vida, especialmente os já esperados ou normativos.

5

A pesquisa

Este estudo teve como objetivo geral investigar as repercussões da transição para a parentalidade na conjugalidade. Em relação aos objetivos específicos, buscamos investigar a percepção da satisfação conjugal do sujeito após o nascimento do primeiro filho; compreender como os sujeitos manejam os conflitos conjugais na transição para a parentalidade; compreender as mudanças na relação com as famílias ampliadas e com a rede social no período de transição para a parentalidade. Diante disto, realizamos uma pesquisa qualitativa.

5.1

Método

O método qualitativo de pesquisa permite estudar e compreender os fenômenos que envolvem os seres humanos e as complexas relações estabelecidas em diversos âmbitos. Minayo (2012) pontua que, na análise qualitativa, compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para tal, deve-se considerar a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Porém, é preciso saber também que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.

5.1.1

Participantes

Foram entrevistados cinco mulheres e quatro homens, pais de primeiro(a) filho(a), com idade entre 12 e 25 meses. As idades dos participantes variaram entre 30 e 40 anos. A pesquisa foi realizada com sujeitos independentes, moradores da cidade do Rio de Janeiro. Em relação ao estado civil, consideramos sujeitos que coabitassem com seu respectivo cônjuge, independentemente do registro civil ou religioso. Os sujeitos são membros de casais de dupla carreira,

pertencentes às camadas média (IBGE, 2020) da população. Os critérios utilizados para que estes sujeitos fossem considerados pertencentes a este estrato social foram: alcance de educação terciária, qualificações profissionais, emprego com estabilidade social e financeira. Alguns dos sujeitos entrevistados são profissionais liberais, outros são funcionários de empresas de diferentes setores.

Utilizamos como critério de inclusão sujeitos cujos filhos apresentassem desenvolvimento típico, buscando homogeneizar o grupo. Desta forma, evitamos obter dados próprios de famílias com filhos que apresentam alguma alteração no desenvolvimento, dado que alterações desenvolvimentais tendem a subtrair dos pais a sensação de competência no exercício de suas funções junto ao bebê (Travassos-Rodriguez & Féres-Carneiro, 2012).

As participantes do sexo feminino foram nomeadas utilizando a letra M, numeradas de M1 a M5. Os participantes do sexo masculino foram nomeados utilizando a letra P, numerados de P1 a P4. Apresentamos na Tabela 1 dados mais detalhados, contendo informações referentes aos participantes.

Tabela 1. Caracterização dos participantes

Part.	Idade	Profissão	Idade cônjuge	Profissão cônjuge	Idade filho/a	Tempo de coabitação
M1	36	Psicóloga	37	Engenheiro	18 meses	8 anos
M2	31	Professora	38	Propagandista	19 meses	4 anos
M3	30	Analista de Logística	32	Empresário	18 meses	3 anos
M4	35	Analista Comercial	38	Engenheiro	15 meses	7 anos
M5	37	Advogada	39	Advogado	20 meses	5 anos
P1	37	Analista de Tesouraria	37	Designer Gráfica	25 meses	6 anos
P2	36	Psicólogo	31	Psicóloga	14 meses	2 anos
P3	40	Jornalista	44	Jornalista	20 meses	5 anos
P4	38	Auditor Fiscal	34	Bancária	18 meses	9 anos

5.1.2 Instrumentos

A entrevista semi-estruturada com roteiro oculto (Anexo 1) foi utilizada como instrumento para a coleta de dados. Na entrevista, foram abordados os seguintes temas derivados da revisão da literatura: mudanças na relação do casal e na intimidade com a chegada do bebê; principais conflitos e discordâncias antes e depois da gravidez; o que fazem quando há conflito; influências da família de origem; mudanças na relação com a família de origem e mudanças percebidas na rede social na transição para a parentalidade. Foi utilizada também a ficha biográfica com informações dos participantes (Anexo 2).

5.1.3 Procedimentos

Os participantes foram selecionados a partir da rede de contatos da pesquisadora. As entrevistas se deram de forma individual, tendo sido realizadas on-line via plataforma Zoom ou aplicativo WhatsApp, de acordo com a conveniência dos participantes, e tiveram duração média de 60 minutos com cada sujeito. As entrevistas foram gravadas, mediante autorização prévia dos participantes e, posteriormente, transcritas integralmente pela pesquisadora, visando à preservação de todo o discurso dos entrevistados.

Os participantes foram informados a respeito dos objetivos da pesquisa, bem como do caráter estritamente confidencial das informações. A pesquisa foi autorizada pela Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), sob parecer número 09/2020. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3), garantindo-se o direito de não participação e/ou desistência em qualquer etapa da pesquisa. Nesse documento também estão assegurados a segurança e o sigilo das informações coletadas.

5.1.4 Análise dos dados

O material coletado foi analisado de acordo com o método de análise de conteúdo na vertente categorial temática (Bardin, 2011). A análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, para descrever o conteúdo das mensagens, utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos. A intenção da análise de conteúdo é, ao levar em conta indicadores quantitativos ou não, inferir conhecimentos relativos às condições de produção, ou, eventualmente, de recepção das mensagens. Bardin (2011) coloca que o analista é como um arqueólogo, trabalhando com vestígios. Estes vestígios seriam a manifestação de estados, de dados e de fenômenos, e é por e graças a eles que há qualquer coisa para ser descoberta. A técnica de análise de conteúdo categorial temática tem como base os temas e consiste em atribuir núcleos de sentidos que compõem a comunicação. O foco não é a dinâmica e a organização, mas a presença ou frequência de aparição dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados como dados segmentáveis e comparáveis que permitem o aparecimento de categorias de análise e padrões de respostas, a partir das quais a interpretação é feita levando-se em consideração a relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica. Por se tratar de um estudo exploratório, esse tipo de análise configura-se como o mais apropriado, por permitir o surgimento de categorias de análise e padrões de respostas, sem que as conclusões estejam vinculadas a uma hipótese prévia.

A partir da análise do conteúdo das entrevistas, emergiram cinco categorias: *Projeto Parental: do desejo ao momento ideal para a chegada do filho*; *Transformação da intimidade conjugal*; *Conflitos conjugais: motivações e estratégias de resolução*; *O impacto do trabalho na dinâmica conjugal e parental*; *Influências da família de origem*. A seguir apresentamos a discussão dos dados obtidos dentro de cada categoria.

5.2

Discussão dos resultados

5.2.1

Projeto parental: do desejo ao momento ideal para a chegada do filho

Esta categoria aborda o projeto parental, focalizando o planejamento do momento da chegada do filho e considerando, sobretudo, questões profissionais, financeiras e planos de lazer do casal. O desejo de ter filhos foi ressaltado por

quase todos os participantes da pesquisa, embora tenham sido observadas diferenças entre os membros do casal quanto à percepção do momento ideal para ter filhos.

O (marido) sempre quis ter filhos. Sempre quis. Era um sonho dele. Eu também, mas eu sempre achava que a gente podia esperar mais um pouco. Assim que a gente casou ele falou: a gente podia logo ter um filho! E eu falei: vamos esperar mais um pouco. (M3)

Foi uma decisão mesmo. Na verdade, a gente até demorou, porque a gente já está junto há 15 anos. A gente demorou uns 10 anos para começar a tentar. Até então era uma coisa que a gente sempre quis, mas a gente sabia que não era naquele momento ainda. (P3)

Eu já estava querendo muito ter filhos, mas por ele a gente esperaria um pouco mais. Aí eu engravidei rápido, mas a gente acabou perdendo o primeiro bebê com algumas semanas, naquele comecinho e foi muito difícil. (M5)

Bernardi, Féres-Carneiro e Magalhães (2018) descrevem que, no passado, o projeto parental era associado ao vínculo conjugal como destino, porém, na atualidade, ele pôde tornar-se opcional. As diversas transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, em especial, o movimento feminista, o surgimento da pílula anticoncepcional e a inserção da mulher no mercado de trabalho permitiram essa liberdade de escolha. Dos entrevistados, oito relataram que o desejo de ter filhos fazia parte do projeto conjugal, e as negociações entre os membros do casal diziam respeito ao melhor momento para que este projeto se concretizasse. O projeto de ter filhos parece ser um desejo do casal contemporâneo, contudo, por diferentes motivos, esse projeto deixou de ser uma prioridade, sendo adiado em favor do “melhor momento”. Diferentes fatores impulsionam esse adiamento, conforme ilustrado pelos relatos das participantes M1 e M3, que apontam para a importância dada por elas à carreira, no sentido de desejarem conquistar crescimento profissional antes da maternidade.

Eu não queria ser mãe antes de ter uma vida profissional que eu considerasse que desse certo. Isso para mim era muito importante. Eu precisava primeiro ter uma vida profissional e depois ser mãe. (M1)

A gente sempre quer estar melhor financeiramente, eu queria estar melhor no trabalho. A gente nunca sabe qual é o momento certo, mas a gente tenta acreditar que quando o momento certo chegar a gente vai saber que aquele é o momento. (M3)

Estudos indicam que muitas mulheres decidem postergar a chegada dos filhos, pois querem primeiramente solidificar suas carreiras e obter sucesso profissional, para só então pensar em engravidar. Essa prorrogação da maternidade é feita até que se tenha a condição que o casal considera apropriada

para esta responsabilidade (Fidelis, Falcke & Mosmann, 2017). A carreira de homens e mulheres é impactada de forma diferente com a inauguração da parentalidade. A chegada de uma criança no sistema familiar requer certo afastamento das atividades acadêmicas e profissionais, ainda que momentaneamente, em especial para a mulher (Bernardi, 2018). A conciliação entre o mundo público e o privado exige grandes sacrifícios, e a pressão para ser bem-sucedida em todos os aspectos da vida atinge, principalmente, as mulheres de segmentos sociais mais altos. O contingente das mulheres que vão engravidar mais tardiamente é composto por aquelas que tiveram mais tempo de estudo e de construção da carreira (Travassos-Rodriguez & Féres-Carneiro, 2013). Assim, conciliar o investimento profissional com a maternidade/paternidade indica reorganizações para as quais, muitas vezes, os membros do casal questionam se estão preparados.

Brooks (2019) pontua que a grande importância dada pelas mulheres ao tema liberdade – no qual estão incluídos os subtemas autonomia (habilidade de fazer escolhas baseadas no próprio desejo ou do casal), controle do meio (habilidade de escolher quando, onde e como interagir com o mundo) e segurança econômica (total propriedade de seus recursos, sem as despesas envolvidas na criação de um filho) – é frequentemente observada nos discursos daquelas que optam por não ter filhos.

Esses achados contribuem para a compreensão do adiamento do projeto parental, que parece estar relacionado a diferentes fatores, tais como: a maior valorização dos sujeitos em relação à realização de seus projetos pessoais e profissionais, a busca por maior estabilidade financeira e status social, além do avanço das tecnologias reprodutivas (Bernardi, Féres-Carneiro & Magalhães, 2018; Travassos-Rodriguez & Féres-Carneiro, 2013; Benzies, Tough, Tofflemire, Frick, Faber & Newburn-Cook, 2006). Santos, Lopes e Botelho (2020) descrevem o tornar-se mãe como o início de um processo irreversível, único e, por isso mesmo, uma decisão da maior importância. Para além da irreversibilidade do processo, a maternidade transforma as mulheres de um modo intenso, profundo e marcante, influenciando todos os outros papéis e decisões. As autoras ponderam que, talvez pela consciência da irreversibilidade e da magnitude de um projeto dessa natureza, as mulheres escolham pelo seu adiamento.

Eu falei: vamos viajar e depois da viagem a gente vê o que faz. Mas ele já colocando pressão porque queria ter filho e eu queria esperar um pouco. Aí teve uma hora que eu falei: tudo bem, aos 30 está de bom tamanho, com 2 anos de casado, eu já fiz a viagem da minha vida e, se eu nunca mais viajar para lugar nenhum, eu já conheci os lugares que eu queria. Aí eu estava num emprego legal, tinha uma função legal e o salário bacana, eu tinha uma rotina muito legal. (M2)

O adiamento da chegada dos filhos também tem ocorrido por opções não referentes à vida profissional, vinculadas ao desejo de realizar outros planos antes de ingressar na parentalidade, como realizar sonhos, desfrutar de viagens e entretenimento (Fidelis, Falcke & Mosmann, 2017). A prorrogação desta decisão também pode trazer dificuldades para a realização do projeto parental, como ilustrado pelo relato de P3, que fala sobre o adiamento do projeto parental e as dificuldades enfrentadas por ele e sua esposa, relacionando-as à idade tardia para o início das tentativas de engravidar.

Durante 10 anos juntos, a gente tomou todas as precauções para que não acontecesse. Quando a gente começou a tentar, a gente passou por alguns percalços e o (filho) é fruto de uma fertilização in vitro. (...) Hoje em dia tem muito esse fato de dizerem que têm mulheres aí de 45 anos tendo filho. Sim, isso é verdade. Mas se a gente olhar para estatística a gente sabe que isso é uma raridade. Quando a gente começou a tentar, minha esposa estava com 38 anos e quando o (filho) nasceu ela estava com 42. (P3)

O avanço da medicina conferiu ao casal contemporâneo a possibilidade de ultrapassar os limites biológicos e ampliar a vivência da parentalidade, permitindo ao casal decidir sobre o adiamento da procriação (Bernardi, 2018; Marques & Moraes, 2018; Félis & Almeida, 2016). Em nosso estudo, sete dos nove participantes falaram sobre a escolha de adiar a gestação e os outros dois participantes não falaram espontaneamente sobre esta postergação.

5.2.2 Transformação da intimidade conjugal

Esta categoria aborda as transformações da intimidade conjugal após a chegada do(a) filho(a). Os sujeitos relatam que houve mudanças na qualidade da intimidade, na frequência e na espontaneidade das relações sexuais, assim como no tempo disponível para estar junto como casal conjugal. Observam-se esforços dos sujeitos para preservar a conjugalidade em face da parentalidade, que traz novas exigências emocionais.

Eu acho que a gente aprendeu a se conectar muito no olhar, eu acho que às vezes a gente fala com o olhar. Porque às vezes o bebê tá dormindo no meu colo e eu preciso me

comunicar com ele só olhando né, coisa que não era comum. (...) Eu até me emocionei agora porque eu nunca tinha pensado nisso. Eu acho que a gente criou mais intimidade e solidificou um plano conjunto. (M1)

Antigamente a gente via filme juntos, a gente namorava. Hoje já não tem mais essas oportunidades. Porém acho que o romance está em outras coisas, por exemplo: se a gente vai no restaurante, quando a comida chega, eu comecei a observar que o meu marido tem uma atitude de pegar minha comida e dar na minha boca, se eu tiver dando mamar para eu não comer frio. Às vezes ele come frio para eu comer quente, ou ele fala: 'deixa eu segurar ela para você comer.' (M3)

A gente conversou sobre isso há uns 10 ou 15 dias atrás. Porque a gente vai se esquecendo um pouco um do outro na verdade. É tanto foco nele (filho) que você vai esquecendo um pouco das pequenas delicadezas do cotidiano, sabe? Ela está cozinhando e eu passar por trás dela aí até área de serviço ia fazer um carinho no cabelo dela. Você vai esquecendo porque você fica tão concentrado uma coisa só... E eu falei 'é importante a gente manter isso. Porque chega um momento em que você tá acordando de manhã e nem dá bom dia. A gente já vai para o (filho)'. Então isso tem que ser cuidado, tem que ser cultivado. (P3)

Alguns sujeitos relatam perceber mudanças na expressão da intimidade e demonstram preocupação em criar novas formas de se relacionar com seus cônjuges. Em nossa pesquisa, os comportamentos específicos descritos incluíram a troca de olhares, atenção às necessidades do outro e carícias. A transição para a parentalidade leva os casais a redefinirem sua intimidade e os comportamentos pelos quais demonstram intimidade. Eles percebem a importância em manter sua conexão emocional, a fim de preservar o vínculo, cultivar a atração mútua e a afetividade. Os esforços para demonstrar afeto e ternura um pelo outro e manter a intimidade física tomam novas formas, não sendo necessariamente sexual, mas permitindo que os parceiros estejam juntos, permaneçam conectados e expressem seu amor um pelo outro.

Na intimidade? Olha eu não acho que piorou não. Não sei se faz sentido o que eu vou falar, mas você por amar tanto sua filha, por você gostar tanto dela e você vê sua esposa cuidando da sua filha, você passa a gostar mais da sua esposa. De certa maneira melhora a intimidade do casal. (P4)

A gente começa a perceber que a esposa também precisa de outras coisas, precisa de atenção, precisa de carinho, precisa de tudo...então eu poderia correr o risco de naturalmente achar que quem dependia 100% de mim era só minha filha por ser um recém-nascido e achar que adultos não precisam. (P1)

Por outro lado, pesquisas desenvolvidas por Cowan e Cowan (1999) e Urbano-Contreras, Matínez-González e Iglesias-García (2018) demonstram que a percepção de homens e mulheres é de que há redução nas demonstrações de carinho, disponibilidade, preocupação, interesse e apreciação por parte do

cônjuge. Em nossa pesquisa, essa percepção de que as demonstrações de carinho diminuíram ficou evidente apenas na fala das mulheres, como a seguir:

Então é óbvio que, olhando de fora, o casamento em si não existe. A gente coabita no mesmo ambiente porque a gente tem um filho e os dois estão com dificuldade de largar do filho para poder seguir as suas próprias vidas, sabe? Mas eventualmente ele tenta ser carinhoso, tenta gerar alguma coisa, manda mensagem para o WhatsApp e ainda fala que ama. Mas acho que falta uma movimentação. (M2)

Mas com certeza eu fiquei muito sobrecarregada, me senti não vista muitas vezes. Eu falava: 'passa aqui no quarto para ver se preciso de água, se eu preciso de alguma coisa'. (M1)

Alguns autores, desafiando o paradigma dominante de que a chegada do primeiro filho é responsável pelo declínio da satisfação conjugal, sugerem que a inauguração da parentalidade pode propiciar melhor ajuste e promoção da relação conjugal ao possibilitar ao casal oportunidades de crescimento (Huston & Vangelisti, 1995; Martins, Abreu & Figueiredo, 2017).

O uso do tempo conjunto está dentre as mudanças documentadas no estilo de vida dos casais causadas pela transição para a parentalidade. Todos os participantes relatam diminuição do tempo dedicado ao casal com a chegada do primeiro filho e de um esforço para aproveitar melhor o tempo compartilhado. Antes do nascimento, o tempo para o lazer do casal era utilizado para estreitar os laços conjugais. Claxton e Perry-Jekins (2008) sugerem que o tempo de lazer é essencial para o bom funcionamento dos casamentos, com efeitos que duram até o primeiro ano do bebê. Talvez o envolvimento em mais atividades de lazer compartilhadas antes do nascimento leve os casais a desenvolver padrões de comunicação positivos que persistem mesmo quando os casais têm menos tempo juntos. Alternativamente, mais lazer compartilhado no período pré-gravídico e gestacional pode ser o resultado de os cônjuges terem mais interesses comuns. Após o nascimento do bebê, o tempo compartilhado como pais, mesmo quando focado em cuidar do filho, pode ser vivenciado como um tempo positivo para o casal.

A nossa saída quando era sem a (filha), era pra um cinema, era só nós dois. Era pra um parque, era só nós dois. Não tinha uma terceira atenção. E assim, acaba mudando a atenção dos dois, que antes era um para com o outro somente e acaba incluindo um terceiro agora, que é a (a filha). (P1)

O relacionamento de casal realmente a gente não tem mais aquele momento sozinhos e acho que a gente não vai ter isso nem tão cedo. A gente não sai mais sozinho para jantar e a gente fica com a consciência pesada de deixar o (filho) sozinho com a minha mãe. (M4)

Mas que de certa maneira, esses momentos acabam se tornando mais qualitativos, você acaba valorizando esses momentos a dois. O que antes era uma coisa, hoje talvez tenha menos oportunidades, contudo você tem momentos mais qualitativos. (P4)

A presença de uma criança na casa é um desafio para os pais em relação à manutenção da privacidade do casal. Existe a ameaça de tempo excessivamente reduzido para o casal (Bradt, 1995). As preocupações com a criança podem afetar a satisfação sexual, o desejo e o interesse sexual (Lévesque, Bisson, Fernet & Charton, 2019). A partir dos relatos, é possível perceber o esforço dos casais em preservar a intimidade.

Mas é muito quando o neném dormiu. Vamos ver uma série ou vamos transar? (risos). É, agora não tem mais: o clima surgiu! É quando temos uma oportunidade, quando abre uma janela de oportunidade aqui. Mas eu acho que isso a gente criou. (M1)

Acaba sendo um misto, entre algo mecânico, agendado e etc. e às vezes dependendo da circunstância, algo meio que natural... depende muito. Isso mudou... antes não tinha a preocupação de ser mecânico... era 100% natural antes né, mas enfim... continua sendo bom, é diferente, mas continua sendo bom de uma outra forma, vamos dizer assim. (P1)

A gente nunca deixou de ser carinhosos um com o outro, mas eu acho que a questão da atividade sexual envolvia um emprego de energia que ninguém estava disponível naquele momento. Às vezes eu tava e via que ela não tava, então morria. Mais de uma vez aconteceu dela falar: nossa, quero transar! E eu dizia: nossa, não tem nada dentro de mim, não tem nem de onde tirar energia! (P2)

A gente faz piada com isso eu e (esposa) que quando a gente pensa em namorar a gente fala que prefere dormir. E não é que a gente não se curta. Falando assim parece ser uma relação super esgarçada e não é isso. Mas é um novo tipo de relação (...). Não é que a gente não tenha mais tanta vontade de transar. Não é uma questão mesmo. A gente tem vontade de sentar, abrir um vinho, comer alguma coisa juntos e tal. (P3)

Todos os entrevistados relataram que sua vida sexual foi afetada com a chegada do(a) primeiro(a) filho(a). Os participantes mencionaram a diminuição na frequência e a perda da espontaneidade quando comparadas aos seus hábitos antes do parto. Os entrevistados relataram ainda que, desde o nascimento do bebê, as tarefas e responsabilidades parentais haviam tomado grande parte de seu tempo, relegando a vida sexual para segundo plano. Além disso, as alterações hormonais, o cansaço e as demandas profissionais contribuíram para uma diminuição na frequência das relações sexuais. Esses dados corroboram os achados de Lévesque, Bisson, Fernet e Charton (2019). Em sua pesquisa, as declarações dos pais também revelaram que eles tinham que planejar mais os momentos para a relação sexual. A presença do bebê os inibia, eles não podiam mais escolher a hora e o local para as relações sexuais, agir espontaneamente ou fazer muito barulho que pudesse acordar o bebê. Em vez de fazer sexo quando desejavam, eles tinham que

se ajustar à rotina do bebê, trazendo a percepção de que a liberdade sexual havia sido perdida. Os pais estavam constantemente vigilantes, alertas às necessidades do bebê e prontos para responder imediatamente, prejudicando sua capacidade de relaxar, usufruir do tempo necessário e desfrutar da completa satisfação sexual.

Mas a gente demorou muito e eu nem lembro quando foi a primeira vez que a gente teve relação depois que ela nasceu. Até hoje é bem mais escasso. Às vezes uma vez a cada 15 dias ou uma vez por semana. Na maioria das vezes eu estou sempre cansada com uma mega preguiça e ele já vai ficando chateado. Mas por enquanto ainda está meio escasso em relação ao que era. (M5)

De acordo com Lévesque, Bisson, Fernet e Charton (2019), o declínio acentuadamente maior no desejo sexual das mulheres cria uma disparidade entre seu desejo e o de seu parceiro, o que poderia incorrer em insatisfação sexual dos homens.

Eu acho que a gente foi perdendo a intimidade, como ele não participa das coisas (...). É um cansaço que você não está realmente motivada para chegar e conversar. Eu só queria dormir. E eu ainda estou amamentando, então a libido é zero porque o hormônio da lactação inibe. Então se não tem estímulo, não rola. E com isso tudo acontecendo: a nossa relação desgastada, a gente sem diálogo, sem apoio. (M2)

A gente conversa. Tem insatisfação dos dois lados e muitas das vezes até é o motivo das nossas brigas. E também tem a questão da motivação. Eu me sinto cansada. Acho que eu tô trabalhando para caramba. Não posso perder o meu emprego, então não posso relaxar no trabalho para poder ter um pouco mais de tempo para intimidade ou para alguma outra coisa. Então é uma cobrança meio complicada e eu me sinto sobrecarregada. Afeta o meu desejo. (M4)

As entrevistadas M2 e M4 estavam experienciando conflitos e tensão em sua relação que influenciavam negativamente a intimidade e a satisfação sexual. Assim como os outros entrevistados, elas reportaram diminuição na frequência das relações sexuais, mas que estava relacionada não somente com a transição para a parentalidade, mas também com problemas na conjugalidade. Nestes casos, a parentalidade parece ter exacerbado problemas sexuais e conjugais.

As coisas mudam de fato, mas intimidade, acho que a gente sempre foi muito íntimo emocionalmente falando. (P2)

Eu não sei se o (filho) me fez enxergar a vida de uma forma diferente. Eu não sei se o (marido) sempre foi assim e eu não via. Ou se tudo aguça muito por conta da chegada e de ter alguém que é mais importante para mim do que ele. Então mudou tudo. Acho que a minha prioridade não era mais 'eu vou manter o meu relacionamento'. Meu casamento nunca foi fácil. A gente teve altos e baixos constantes e ele sempre falando em se separar e eu tentando gerenciar. Eu falava 'a gente não casa para isso, não é assim'. E depois que o (filho) nasceu parece que eu não me importo mais. (M2)

As falas de P2 e M2 remetem a aspectos da relação e da intimidade conjugal antes da chegada do bebê. A intimidade desenvolvida durante o período do casamento anterior ao nascimento dos filhos é entendida como aspecto preditor da capacidade dos cônjuges de responder a demandas relacionadas às mudanças advindas da parentalidade. A conjugalidade, quando bem estruturada, evolui na transição para a parentalidade, tendo como resultado maior satisfação conjugal. Contudo, o ajustamento dessa etapa também pode influenciar negativamente a intimidade do casal, quando um dos cônjuges tem dificuldade em adaptar-se ao papel de cônjuge e/ou parental (Bradt, 1995; Menezes & Lopes, 2007; Cowan & Cowan, 1999).

5.2.3

Conflitos conjugais: motivações e estratégias de resolução

Esta categoria abarca os conteúdos dos conflitos conjugais, as motivações e as estratégias de resolução utilizadas pelos entrevistados na transição para a parentalidade. Em relação às motivações, a divisão de tarefas domésticas, a relação com as famílias de origem e a criação dos filhos foram as mais evidentes. As estratégias de resolução se dividiram entre construtivas e destrutivas. No grupo entrevistado, as estratégias construtivas mais comuns foram: comunicação aberta e solução de problemas; e as destrutivas: evitação e hostilidade verbal.

Quando a (filha) era muito pequenininha, eu senti que voltou alguns problemas lá do início do casamento. Porque a casa tinha que andar e a gente não tinha uma empregada todos os dias. Tinha uma faxineira que ia duas vezes por semana. E tinha uma série de coisas que precisavam andar e ele não estava entendendo (...). Então começou a ter algumas brigas em torno das questões de casa porque ele não percebia muito essa demanda nova, essa nova realidade. (M1)

Eu já imaginava que eu ia ficar sobrecarregada porque eu já era sobrecarregada antes. Ele não considera, mas eu acho que eu fazia muito mais coisas do que ele e com a chegada dela (filha) já sabia que seria assim. Só que acaba que no dia a dia, quando você tá muito cansada, gera muito mais conflito do que antes. Mas eu já sabia que ia ser assim. (M5)

Acho que essa é a ideia, de entender o que isso interfere no relacionamento. Acho que é a questão da organização. Acho que ela ainda não aprendeu como administrar a vida dela após a maternidade. Só que assim, acho que não é ruim só para o relacionamento. Acho que atrapalha a vida, a vida dela tá ruim, entendeu? (P4)

A forma como os casais organizam sua vida conjugal muda consideravelmente com o nascimento de um filho (Huston & Vangelisti, 1995). Como podemos observar nas falas acima, os entrevistados experimentaram

reorganizações no que tange às relações e responsabilidades familiares, dando início a processos de negociação que são frequentemente acompanhados por atritos e conflitos entre os parceiros. No que se refere à realização de tarefas domésticas e cuidados com o filho, a divisão do trabalho, tanto dentro como fora de casa, sofreu modificações. Os entrevistados relatam que essa reorganização da rotina doméstica passou a ser um motivo de conflitos para o casal. Por estarem mais envolvidas na criação dos filhos e sofrerem um estresse maior gerado por essa adaptação, as mulheres parecem experimentar a transição para a parentalidade como uma fonte maior de conflitos de relacionamento do que os homens.

Às vezes esse consenso não acontece e acaba prevalecendo a minha opinião por ser mãe e é uma coisa que ele acaba sentindo um pouco também. Mas acontece briga e sim por falta de conta de consenso em relação ao (filho). (M4)

E eu acho, na minha opinião, que a educação que a (esposa) recebeu não foi a ideal e acaba refletindo um pouco dessa educação que ela teve. Não colocar limites, não impor as coisas, de não querer brigar, de tudo ser na base do carinho. Mas eu acho que tem momento que você precisa chamar a atenção. Então eu acabo fazendo o policial mau quando alguém tem que fazer. (P4)

É claro que até hoje existem momentos em que eu falo 'por que que você tá fazendo assim?' ou que ele me critica também: 'porque que você tá dando celular na mão dela para ela ver a Peppa enquanto ela tá comendo?'. E aí eu falo: 'por que ela não quer comer. Eu estou vendo alguma forma dela comer e eu estou vendo essa como a única.' E aí ele fala: 'mas eu não concordo de dar o celular' e eu digo: 'então vê o que você acha que é melhor e tenta aqui'. (M3)

Nas falas dos participantes observou-se que a criação dos filhos passou a ser motivo de conflitos para os casais. Segundo Mosman e Falcke (2011), este é frequentemente o motivo mais comum de desentendimentos entre os novos pais. Observou-se ainda que os conflitos gerados na parentalidade influenciaram a conjugalidade e vice-versa. Como pontuamos anteriormente, o *spillover*, ou transbordamento dos conflitos de um subsistema no outro, ocorre não somente na direção do conjugal para o parental, mas também os conflitos com relação aos filhos podem impactar a conjugalidade. A importância em identificar os motivos desencadeadores de conflito mais frequentes refere-se especialmente à possibilidade de os casais aprenderem a estar atentos aos seus focos mais comuns de desentendimentos. Os conflitos são considerados inevitáveis nos relacionamentos e influenciam todo o sistema familiar, como vemos abaixo:

Eu nem comento isso, porque eu gosto muito dela (sogra). Eu sei o quanto ela gosta de mim também, eu sei que ela fala isso para o bem, então eu fico guardando tudo para mim

e às vezes eu acabo até descontando no (marido), porque ela me irrita e eu desconto nele. (M3)

Sim principalmente nos momentos mais estressantes. A gente teve alguma dificuldade para ajustar o que era a ajuda da mãe dela com o bebê e o que era invasão do espaço. Então eventualmente tiveram que acontecer algumas conversas desconfortáveis. (P2)

Eu acho que essa foi a grande questão de ter sido tão difícil para gente em relação à (filha) porque a gente não tem rede de apoio. A mãe dele, minha sogra, é uma pessoa extremamente difícil. Eu já discuti milhões de vezes com ela, porque toda vez que ela vê a (filha), ela bota algum defeito. (M5)

Eu gostaria que ela [mãe] participasse mais das coisas, que ela tivesse mais oportunidades de estar com a neta. Mas não é uma coisa que ela não faz de propósito, eu acho que ela deve ter problema de cabeça mesmo. É uma pena, mas faz parte, é uma opção de vida. Ela tem uma neta, se ela quiser estar presente, ela pode estar presente. Se ela não quiser, é uma opção também. (P4)

Nas falas dos entrevistados, as relações com as famílias de origem dos cônjuges são descritas como fonte de apoio, mas também de desentendimentos. A família ampliada é um recurso para a família nuclear poder obter o apoio e a ajuda que o novo bebê e os novos pais precisam (Carter & McGoldrick, 1995). Dias (2014), ao estudar as relações intergeracionais na família, coloca que, quanto mais pais e avós dialogarem, se colocarem frente às dificuldades e expuserem claramente o que esperam um do outro, melhor será o relacionamento que se estabelecerá entre eles. Diversos fatores podem contribuir para o estabelecimento de um relacionamento harmonioso ou difícil entre as gerações, tais como: história familiar, estrutura psíquica do indivíduo, configuração familiar, qualidade das relações entre avós e pais no momento do nascimento da criança, diferenças de origem, econômicas, valores, opiniões e estilos de vida, dentre outros.

Mais do que a ocorrência ou não de conflitos, o que importa são as estratégias utilizadas pelo casal para a sua resolução. Do ponto de vista das repercussões que provocam no sistema familiar, os conflitos conjugais podem ser classificados como construtivos ou destrutivos (Bolze, Schmidt, Crepaldi & Vieira, 2013; Bolze, Schmidt, Böing & Crepaldi, 2017; Delatorre & Wagner, 2018). Conflitos conjugais construtivos envolvem comportamentos que incluem a resolução com estratégias bem-sucedidas para solucionar a situação, respeito mútuo e percepção positiva de conflitos não resolvidos. Por outro lado, os conflitos identificados como destrutivos envolvem hostilidade verbal ou não verbal (tratamento silencioso), retirada abrupta durante a situação conflitiva e ameaças em relação à estabilidade da família como, por exemplo, dizer que vai se separar ou sair de casa. Com a finalidade de discutir as estratégias encontradas nos

relatos dos entrevistados, dividimos as falas em dois blocos. No primeiro, abordaremos as estratégias construtivas e, no segundo, as destrutivas.

Mas eu acho que a gente aprendeu muito bem a discutir, a se acalmar tipo assim quando a coisa fica muito quente eu peço um tempo a gente se separa cada um vai para o seu canto depois volta com mais calma. (M1)

A gente discute de vez em quando, mas muito pontual. A gente não tem tantos conflitos assim, a gente se entende bem, a gente tem um jeito, uma característica nossa enquanto casal mesmo antes da chegada do (filho), de não deixar as coisas se acumularem. Dizer as coisas logo para que se resolvam logo. (P3)

Então, em alguns momentos, a gente discorda e apesar de eu não concordar com ele, eu tento fazer de um jeito que dê certo e vice-versa. (M3)

E assim, nosso relacionamento sempre foi muito baseado no diálogo, dificilmente a gente ficava sei lá, dois, três dias brigados um com o outro, a gente buscava sempre resolver. Assim, não é aquele relacionamento perfeito, de livro, de conto de fada, mas é aquele relacionamento que torna-se perfeito porque a gente busca sempre no perdão, na compreensão, em virtudes... entendeu? (P1)

As principais estratégias construtivas de resolução de conflitos conjugais apontadas pelos entrevistados foram a busca pela resolução do conflito entre os membros do casal, caracterizadas por conversas entre os cônjuges, orientadas para a comunicação aberta, avaliação de alternativas e solução de problemas. Os entrevistados contemplaram comportamentos tais como conversar sobre o problema, ser flexível, pedir desculpas e perdoar para continuar em frente.

E nessa a gente brigando, e eu falava: 'tem hora que eu sinto vontade de largar tudo e ir embora, porque é muita pressão! É muita coisa! Eu preciso de ajuda, preciso que você me ajude, olhe para mim!'. E ele falou: 'você não estava preparada para ser mãe'. [E como ficou isso entre vocês e para você?] A gente nunca conversou sobre isso. Eu fiquei com aquela mágoa dentro de mim, de um jeito que eu nunca consegui processar ou transpassar. E como cada vez mais eu vinha evitando conflito para que a gente consiga conviver minimamente, eu não fico trazendo nada que já passou. Eu brigo pelo que é do presente. Se eu não falei nada na hora eu perdi a oportunidade e ficou. (M2)

A gente acaba esperando um tempo e depois a gente fala de novo e faz as pazes como se nada tivesse acontecido. Isso é ruim porque a gente acaba não resolvendo problema raiz e aí geralmente depois vem uma briga pelo mesmo motivo. Mas é a forma como a gente tem feito apesar de eu não concordar. (M4)

Eu falo, a (esposa) escuta. Só que aquele tipo de coisa que ela fala que vai fazer alguma coisa e dois dias depois tá tudo igual de novo. E assim vai. (P4)

Eu sinto que para brigar com ele, eu preciso subir um tom. Eu não gosto, mas eu fui me sentindo mais forte para ser mais agressiva. Eu às vezes acho que a briga vai para uma agressividade que me incomoda. Não é quem eu gosto de ser não, mas de alguma forma eu sinto que eu preciso subir o meu tom para igualar, para ser ouvida. (M1)

As estratégias destrutivas de resolução de conflitos conjugais apontaram para estratégias em que o casal optou pela evitação do conflito ou pelo uso de

hostilidade verbal para sua resolução. A evitação caracterizou-se por não falar sobre o problema que desencadeou o conflito, seja temporária ou permanentemente. Nesse sentido, alguns participantes mencionaram que preferiam silenciar, não conversar, e deixar que o tempo ajude a esquecer a situação conflitiva. A hostilidade verbal remeteu a discussões que evoluíram para brigas e cobranças. Esses achados corroboram os resultados encontrados por Huss e Pollmann-Schult (2020), que apontam para mudanças no padrão de resposta aos conflitos conjugais na etapa de transição para a parentalidade. Eles pontuam que os novos pais fazem menos uso de estratégias construtivas frente aos conflitos, e reportam aumento nos comportamentos de retirada e outras estratégias destrutivas.

5.2.4

O impacto do trabalho na dinâmica conjugal e parental

Esta categoria compreende os desafios relatados pelos participantes decorrentes da necessidade do casal de conciliar as demandas de trabalho remunerado dos membros do casal com os cuidados parentais. O impacto referente ao retorno ao trabalho após as licenças maternidade e paternidade é apontado principalmente pelas mulheres. As mudanças na rotina e a necessidade de reorganização da vida profissional são relatadas pelos homens e mulheres, bem como o impacto vivido.

Eu queria voltar a trabalhar e tinha muita frustração minha, porque eu não estava conseguindo arrumar um esquema para eu voltar a trabalhar que me agradasse. E de alguma forma acho que eu joguei isso em cima dele e ele falou para mim 'você se preparou muito para ser mãe, você só não se preparou para não trabalhar. Você está tendo muita dificuldade, está jogando tudo em cima de mim'. (M1)

No início para o (marido) foi muito impactante apesar de ele entender que a minha mãe estava aqui ajudando a cuidar do (filho) e que faz isso com todo amor e muito melhor do que qualquer outra pessoa faria se fosse uma pessoa de fora. Ele entende completamente o fato dela estar aqui, a necessidade e a validade, mas para ele foi muito difícil porque a gente acabou perdendo um pouco mais da nossa liberdade dentro de casa no sentido de ter a minha mãe aqui sempre. (M4)

Eu acho que a (esposa) ainda não conseguiu conciliar essa rotina de trabalhar e ser mãe, porque ela não consegue fazer as coisas que ela fazia, de ter tempo para ela (...). Mas eu acho que eu consegui me adaptar sim, acho que estou mais adaptado do que ela, vamos dizer assim. Eu consigo adaptar melhor a minha rotina, talvez pela flexibilidade do trabalho. Ou talvez assim, eu não sei se as pessoas veem que pai e mãe é a mesma coisa. Não é a mesma coisa. Eu acho que por mais que a gente como pai tente ajudar, por exemplo, tem momentos em que a criança só quer ficar com a mãe. (P4)

O trabalho para casais de dupla carreira impacta não apenas na decisão do momento considerado por eles como ideal para ter filhos, mas também na nova dinâmica que o casal precisará estabelecer no momento de os parceiros retomarem seus respectivos trabalhos. Nas entrevistas, os participantes falaram sobre a reorganização de suas rotinas e das rotinas de seus cônjuges que, com a chegada do novo membro, precisa contemplar as necessidades de cuidado com o bebê. As decisões que envolvem quem vai cuidar do bebê e considerações sobre a jornada de trabalho fora e dentro de casa foram temas levantados pelos entrevistados e vividos com angústia por eles e seus parceiros(as).

Campana e Gomes (2017) apontam a dificuldade das mulheres para conciliar carreira e família, pois, mesmo com as mudanças que estão em curso, a mulher ainda é considerada como a principal responsável pelos cuidados com os filhos. As mulheres estão tendo inserção cada vez maior no mercado de trabalho, ao passo que alguns homens parecem estar encontrando dificuldades em aumentar sua participação no exercício conjunto da parentalidade, seja por falta de motivação própria ou por preconceito das mulheres, que não os julgam capazes de cuidar de seus filhos (Matos & Magalhães, 2019). Mesmo nos dias atuais, a sociedade não favorece o cuidado de crianças pelos homens, o que dificulta a desconstrução da dicotomia pai-provedor/mãe-cuidadora.

No período em que as entrevistas foram realizadas, o mundo vivia os impactos causados pela pandemia de COVID-19, na qual as pessoas precisaram isolar-se socialmente, deixaram de contar com suas redes de apoio e, em muitos casos, passaram a trabalhar em casa. Esta falta de separação física entre o ambiente de trabalho e o doméstico trouxe impactos muito grandes para a dinâmica das famílias, aprofundando dificuldades historicamente existentes na conciliação do trabalho e da vida doméstica (Pruett, Pruet, Cowan & Cowan, 2017). Esta dificuldade em lidar com a nova dinâmica imposta pela pandemia é relatada pela participante M4.

A questão da quarentena acabou trazendo o escritório para nossa casa. Eu às vezes fico trabalhando até muito tarde. Ele me cobra muito por isso e eu sei que eu estou errada. Eu tento me policiar em relação a isso mas eu também me vejo na obrigação de ficar um pouco até mais tarde trabalhando porque eu parei no meio do dia para ficar com (filho) ou para atender alguma coisa que (meu marido) me pede. (M4)

A inserção de ambos os cônjuges no mercado de trabalho aparece como um fator que impacta a relação do casal e os projetos de vida de cada um, considerando que a parentalidade impõe novas demandas.

O participante P1 relata que, com a chegada da filha, ele e a esposa já não têm a mesma liberdade para decidir a respeito de suas carreiras, uma vez que agora precisam prover o sustento da filha.

A gente acaba adquirindo uma carga de estresse maior por engolir sapos... engolir sapos significa que eu preciso estar ali naquele emprego, não concordo com tudo isso, se fosse num outro momento, em uma outra realidade, talvez eu conseguisse migrar de uma forma muito mais fácil mas agora eu tenho que me renunciar, segurar uma carga de estresse maior, isso naturalmente acaba refletindo no casal, por quê? Eu vou chegar um pouco mais estressado em casa. Ela vai precisar ter um pouco mais de paciência. Mas será que naquele dia ela não teve um estresse também no trabalho? Então às vezes os conflitos acontecem aí. (...) Quando você tá sozinho ou numa relação de casado, você consegue transitar mais de um emprego para o outro, porque não tem um recém-nascido que depende de você. Os dois ali se planejam de uma forma mais fácil, mais flexível. Então, com a chegada da (filha), tudo acaba sendo mais difícil em todos os aspectos. (P1)

Na entrevista, o participante demonstrou frustração em seu trabalho atual, o que traz reverberações para seu relacionamento conjugal. Xu, Peng, Zhao, Hayes e Jimenez (2019) apontam que há transmissão de estresse e tensão entre os membros do casal quando ambos os cônjuges estão investindo em suas respectivas carreiras e precisam dividir as tarefas domésticas.

As participantes M1 e M2 relatam que, no retorno de seus cônjuges ao trabalho, perceberam um afastamento por parte deles em relação aos cuidados com a casa e com os filhos. A atividade remunerada do pai é considerada um empecilho para que eles possam participar mais da rotina da casa.

No primeiro mês ele foi um pai muito dedicado, ele estava de licença e ajudou bastante. Mas parece que a volta para o trabalho traz uma responsabilidade e o estar na rua trabalhando justifica não estar presente em casa. (M2)

Quando o (marido) voltou para o trabalho dele, ele esquecia da vida. Eu sei que o trabalho dele exige muito dele mas enfim... (M1)

Os casais que procuram dividir os cuidados do filho e os deveres de provedor em bases iguais necessitam negociar seus papéis em um contexto social, em que a regra que tem sido aceita é a de que a mãe seja a encarregada pelo cuidado do filho e o pai a ajuda. Um aspecto importante ressaltado por Bornholdt, Wagner e Staudt (2007) é o fato de os homens voltarem-se mais para o trabalho, que expressa a tendência histórica de que o sustento econômico seja uma tarefa desempenhada predominantemente pelo homem. Devido à consolidação desse

aspecto na dinâmica familiar há muitos anos, nem sempre os homens questionam e criticam tal incumbência. Essa crença tem sido reforçada também pela disponibilidade criada pela licença-maternidade e pelo tempo exíguo da licença-paternidade, uma vez que a legislação brasileira prevê cento e vinte dias de licença para as mães e cinco dias para os pais. Apesar da criação pelo governo brasileiro do Programa Empresa Cidadã, que amplia as licenças paternidade por mais quinze dias e maternidade por mais sessenta dias em troca de benefícios fiscais, o incentivo para que os pais usufruam de mais tempo de licença-paternidade ainda é muito inferior ao tempo concedido às mães. Nesse contexto, é reforçada a concepção tradicional de família, composta de um homem provedor e uma mulher dedicada aos cuidados do lar. Não existe incentivo por parte do Estado para um maior envolvimento paterno (Pasinato & Mosmann, 2016).

Enquanto os estudos brasileiros discutem a respeito dos desafios enfrentados pelas mulheres para conciliar família e carreira, Campana e Gomes (2017) ressaltam que as pesquisas internacionais avançam nessa temática incluindo as condições e as implicações da licença parental em diversos países. Melo (2016) apresenta em seu trabalho a importância da licença parental e pontua que, em alguns países europeus, os pais são cada vez mais incentivados a usufruir dos dias que lhes cabem, adotando medidas que encorajam e obrigam os pais a permanecer mais tempo com os filhos, assegurando a participação feminina no mercado de trabalho.

A gente trabalhava junto antes de ter a (filha), então mesmo quando a gente tava atendendo presencialmente, a gente sempre levou ela no consultório. A gente atendia numa casa, então tinha espaço. Enquanto ela tava atendendo, eu tava com a (filha) na rua. (P2)

Para começar, a gente trabalha em casa, então a gente tem que se dividir obrigatoriamente entre o trabalho no computador, a concentração que a gente tem que ter de estar lidando com cliente ou com repórter e o (filho) que tá chamando. Então tem esses momentos. A (esposa) fala: 'eu preciso fazer uma ligação agora com repórter e vai durar uns 20 minutos. Pega o (filho) e se concentra nele'. E a gente vai revezando. (P3)

Em outros arranjos, nos quais se torna possível uma maior presença paterna nos cuidados com os filhos, os casais parecem alcançar uma divisão mais igualitária no tempo dedicado aos cuidados parentais, como nos relatos dos participantes P2 e P3. Para Campana e Gomes (2017), o conceito de parentalidade não implica uma indiferenciação de função materna e paterna no interior da família, assim como não se refere à homogeneização dos cuidados, mas à

possibilidade de as funções parentais serem exercidas de formas mais flexíveis e levando em conta as relações de pertencimento e afetividade.

A parentalidade é uma forma de produção de gênero em que expectativas distintas são depositadas em homens e mulheres em seus papéis parentais (Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002). Papp (1995), há mais de duas décadas, já ressaltava que, em um futuro ideal, cada parceiro poderia permitir-se um número muito mais amplo de atividades, comportamentos e formas de expressão. Contudo, as falas da maioria de nossos entrevistados ainda não anunciam tal realidade.

5.2.5 Influências da família de origem

Esta categoria aborda as influências da família de origem com a chegada do primeiro filho, contemplando como os sujeitos percebem a transição para a parentalidade na geração anterior, as reflexões sobre vivências e aprendizados recebidos de suas famílias que gostariam de transmitir ou não para seus filhos e as mudanças na relação com as famílias ampliadas.

As participantes M1 e M4 falam sobre o quanto foi difícil para suas mães desempenharem esse novo papel, ao mesmo tempo em que investiam em suas carreiras, e ressaltam que tomar conhecimento das dificuldades enfrentadas pelas próprias mães foi impactante para elas.

Então, eu acho que para mim, por isso que era tão importante terminar a minha segunda faculdade e começar a minha vida profissional antes. Eu tenho impressão de que a minha gravidez [quando a mãe engravidou dela] atrapalhou os planos da minha mãe. Porque ela tinha acabado de entrar numa faculdade. Ela tinha feito jornalismo e estava fazendo direito. E ela engravidou e, com filho pequeno, ela não deu conta de ficar na faculdade de direito. Então ela saiu da faculdade (...). E eu tenho sempre a sensação de que eu atrapalhei um pouco os planos de trabalho dela. Acho que isso me marcou e fez parte da minha gravidez e do meu puerpério. (M1)

Desde muito cedo ela [mãe] tinha muito conflito de ter que sair para trabalhar e me deixar com uma pessoa para cuidar, às vezes alguém que ela nem conhecia porque era uma primeira vez e ela não tinha tempo de testar porque não podia faltar o trabalho para testar. E tinha dias que ela não tinha simplesmente com quem me deixar e ela precisava faltar no trabalho e faltava. Isso era muito impactante para ela e foi muito impactante para mim ouvir, porque eu percebo a diferença e o valor que tem ter alguém para cuidar do (filho) para mim. (M4)

O enfrentamento de uma nova etapa do ciclo vital costuma gerar tensões no indivíduo e na família, na tentativa de acomodação e busca por um

funcionamento saudável (Carter & McGoldrick, 1995; Kerr & Bowen, 1998). Ao valorizar os eventos e as transições no ciclo de vida familiar, é possível compreender as mudanças organizacionais e as estratégias de manejo de uma família em relação a situações estressantes do passado (Bertin & Passos, 2003).

Com a chegada do bebê, as novas mães tendem a reavaliar sua relação com suas próprias mães, de forma consciente ou inconsciente (Stern, 1998). A representação que a mulher faz de sua própria mãe irá influenciar a sua maternagem, havendo assim forte influência intergeracional. Essa representação mental é preditora de seu comportamento enquanto mãe, e não corresponde necessariamente às experiências passadas em si, mas à forma como ela pensa e fala sobre sua mãe no presente. Badinter (2011) reconhece que as mulheres, ao falarem sobre suas mães, por vezes as percebem frustradas por causa dos deveres e obrigações maternos, transmitindo um modelo que elas não gostariam de reproduzir. Mas segundo a autora, outras mulheres, ao contrário, lembram a imagem positiva de uma mãe ativa que as estimulou a prosseguir os estudos e a conquistar autonomia, sem por isso desencorajá-las do casamento e da maternidade.

A família é responsável pelo cuidado, pelas primeiras relações interpessoais e pela construção da afetividade e do amadurecimento emocional (Scorsolini-Comin & Santos, 2016). A integração da criança na família envolve o ensino de habilidades sociais e normas culturais. Este é um processo que leva os novos pais a olharem para si e, a partir de suas vivências anteriores, buscarem modelos ou antimodelos de como exercer a parentalidade (Bornholdt & Wagner, 2014).

Todos os participantes citaram vivências e aprendizados recebidos, que desejam ou não transmitir para seus filhos. Pode-se observar que as vivências passadas deixaram marcas nos sujeitos que, por sua vez, desejam resgatar ou contrapor o modelo herdado.

Ele era mais sério e tudo mais. Eu assim com a (filha), sou muito mais meloso, mais próximo assim. E não é pelo fato de ela ser menina, se fosse menino eu seria mais meloso. Acho que isso aí tem a ver com o meu jeito de ser como pessoa, então assim, já tem essa grande diferença. E eu acho até normal ter porque nós somos diferentes, eu não sou o meu pai. Eu sou diferente dele. (P1)

Mas ele era um tanto quanto ausente. Ele era esse tipo de pessoa que as amigas são tão ou mais importantes que a família. (...) Então, nesse sentido, eu percebo que a ausência dele me moldou para ser perigosamente presente demais com a (filha). (P2)

Eu acho que eu acabo querendo muito participar mais da vida da (filha). Eu quero fazer tudo diferente. Eu quero participar das reuniões de escola dela, coisas que eu não via a minha mãe nas minhas reuniões de escola. (M3)

Eu acho que talvez eu imite o comportamento do meu pai, de ser uma pessoa que é mais tranquila, de entender mais, ser mais tolerante assim, mas também no dia a dia não vou dizer que sou sempre assim não. Eu acho que a gente se vê de uma forma que nem sempre é a realidade, a gente acaba entendendo quando as pessoas falam para a gente como a gente é. Mas eu tento copiar ele, ele para mim é meu exemplo. (P4)

Observa-se que nos relatos há preponderância daquilo que não se deseja transmitir ou o desejo de fazer exatamente o oposto do que seus pais fizeram. Para Wagner, Predebon e Falcke (2014), se pensarmos na dinâmica de transmissão de valores, crenças, legados e mitos familiares, evidencia-se a tentativa de negação do passado. Em uma análise evolutiva, parece que os novos padrões firmaram-se através da negativa do padrão vigente. Esse processo é motivado pelo desejo de não reeditar os erros de sua própria educação, no qual os pais tendem, muitas vezes, a criar modelos idealizados de como educar.

O apoio da família ampliada nos cuidados com os filhos foi citado por todos os entrevistados, que indicaram preferência por recorrer à família ampliada de um dos cônjuges em detrimento da outra, levando em consideração principalmente a disponibilidade de tempo e afetiva.

A pessoa que mais esteve presente nesses momentos foi a minha sogra, mais que a minha mãe. Ela é uma pessoa muito disponível e que tem muita energia. Tanto é que agora na pandemia a gente está na casa dos meus sogros. Não só porque aqui é uma casa maior, mas porque eles também são muito ativos. Então, em termos práticos, se eu ligar para minha sogra em 20 minutos ela baixa lá em casa. A minha mãe é mais lenta, ela precisa de tempo. Ela tem as coisas dela. Ela não é tão disponível emocionalmente e não é tão prática na vida, tipo uma pessoa rápida. Então a nossa primeira opção acaba sendo a mãe do (marido). (M1)

A principal e talvez a única rede seja a mãe dela. É claro que se eu precisasse, o pessoal lá de casa compareceria mas não seria tão simples. A mãe da (esposa) é muito mais eficiente e disposta. (P2)

Geralmente é a irmã da (esposa) na maioria das vezes quem ajuda a gente. (P4)

A minha mãe é o meu braço direito. Tudo que eu quero e como eu quero, ela faz para mim. Eu acho até que eu sobrecarrego muito ela. Eu acabo montando nela. Ela me apoia de fato. (M3)

Observamos que, dentre os entrevistados, houve preferência na busca por apoio da família materna. A família ampliada é um recurso para a família nuclear em momentos de calma e perturbação (Bradt, 1995). As gerações mais velhas, do meio e mais jovem participam influenciando o senso de associação e

pertencimento. O envolvimento maior de uma das famílias ampliadas ou o distanciamento é algo que fica indicado quando o casal recorre a uma das famílias em busca de ajuda com o novo bebê. Este realinhamento vertical da nova família com a família ampliada pode se dar mais com a família da esposa ou do marido e será importante observar se esse alinhamento apoia ou prejudica o relacionamento conjugal.

A mãe dele é uma pessoa autoritária. Ela é igualzinha a ele, só que na versão feminina. Então ela é bem autoritária e tem necessidade de controle, mas ela dava uma aliviada nisso e não se metia muito. Mas com a chegada do (filho) ela começou a dar mais palpites. (M2)

A minha sogra que é um doce. Sempre foi super boa para mim, desde antes de ter a (filha). Depois que a (filha) chegou, todos os palpites dela me incomodam. Eu não sei o que aconteceu, mas parece que ela não me incomodava e passou a me incomodar, e isso me frustra um pouco. (M3)

Pra mim, na época foi bem turbulento por motivos alheios a (filha) e a (esposa). A minha irmã estava no Brasil, ela mora na Europa. Ela é muito dependente. A minha mãe tinha uma cachorra que ficou doente e quem tinha que correr atrás do tratamento da cachorra era eu e era uma cachorra grande. Ela não tava andando, a gente tinha dificuldade para transportar e foi tudo isso quando a (filha) tinha um mês de vida. Então assim, ficou bem turbulento esse período. (...) É complexo, eu tive que contar com a colaboração da (esposa), de entender o momento, que eu precisava estar lá para ajudar a minha irmã também, porque ela também tem as complicações dela. (P4)

O triângulo que envolve o marido, a esposa e a sogra pode ser um dos mais problemáticos para o casal. Nos relatos de M2 e M3, elas falam sobre a entrada desse terceiro, na figura da sogra, deslocando assim as tensões geradas na díade marido-esposa. No relato de P4, a reaproximação com a família de origem acontece logo após o nascimento da filha. Essa reaproximação sugere o deslocamento de uma tensão na díade marido-esposa para a relação com sua mãe e irmã. O processo emocional dentro de uma relação não pode ser analisado adequadamente se ignorarmos sua ligação com outras relações. Uma relação se torna interligada a outra através do processo de triangulação (Kerr & Bowen, 1998). A ansiedade é o fator de maior influência nos triângulos. Quando a ansiedade está baixa, a relação entre duas pessoas permanece calma. No entanto, como as relações são facilmente perturbadas por forças emocionais de dentro e de fora, essa calma não se mantém por muito tempo. Quando a ansiedade aumenta, um terceiro é envolvido nessa relação, diminuindo a tensão na díade. Os relacionamentos por afinidade são uma arena natural para deslocar tensões do casal ou da família de origem de cada cônjuge (McGoldrick, 1995). Este processo

de deslocamento das tensões do casal ficou evidenciado nos relatos dos participantes.

6 Considerações finais

No presente estudo foi dado enfoque às mudanças conjugais vivenciadas pelos sujeitos após a chegada do primeiro filho. Chamou nossa atenção o fato de que, na grande maioria dos participantes (sete de nove), os cônjuges tiveram o primeiro filho após os 30 anos. A postergação da primeira gestação pelos casais na atualidade é influenciada principalmente pela necessidade de estabilidade financeira e da realização de projetos pessoais. Para as mulheres, a carreira é um fator de grande impacto, influenciando não apenas a decisão pelo momento ideal para ter filhos, como também na reorganização da rotina no retorno ao trabalho após a licença maternidade.

Os sujeitos relataram muitas mudanças pelas quais passaram após o nascimento do primeiro filho. Dentre elas, estão as mudanças na expressão da intimidade, na frequência e espontaneidade das relações sexuais, bem como no uso do tempo para estarem juntos. Ficou evidente que, para alguns sujeitos, há esforços no sentido de desenvolverem novos comportamentos para a expressão da intimidade, tais como a troca de olhares, atenção às necessidades do outro e carícias. No entanto, as mulheres pontuaram a diminuição nas demonstrações de afeto por parte de seus cônjuges.

Na transição para a parentalidade, os motivos geradores de conflito e as estratégias de manejo também se modificam. A relação com as famílias de origem, a criação dos filhos e a divisão do trabalho passam a ser os principais motivos geradores de conflitos. As relações com as respectivas famílias de origem e com a dos cônjuges são descritas como fonte de apoio, mas também de desentendimentos. Em relação à criação dos filhos, destacamos o efeito *spillover*, que representa o transbordamento dos conflitos parentais para a relação conjugal e vice-versa. A divisão de tarefas entre homens e mulheres é vista, de forma geral, como injusta por elas e trazendo reverberações para a relação conjugal. Se, no passado, eram claras as expectativas em relação à divisão de papéis em função do gênero, atualmente, homens e mulheres passam por um processo de mudança e reflexões a respeito de suas condições.

Em relação à etapa de transição para a parentalidade, verificamos que há mudanças em relação ao padrão de resposta aos conflitos. Os novos pais fazem menos uso das estratégias construtivas e mais uso de comportamentos de retirada e evitação. Consideramos que, pela necessidade de cuidarem do novo bebê, os casais tendem a evitar a exacerbação dos conflitos, o que acaba por gerar mágoas e ressentimentos de ambas as partes, além de não solucionarem a raiz do problema.

Ao observarmos as influências das famílias de origem, percebemos que há identificação tanto dos homens quanto das mulheres em relação à geração anterior. A forma de ser pai e mãe é influenciada pela representação que homens e mulheres fazem de seus próprios pais, e essa representação mental é preditora de seu comportamento como pais. Percebemos que as vivências passadas deixaram marcas nos sujeitos que, por sua vez, desejam resgatar ou contrapor o modelo herdado, sendo que há preponderância daquilo que não se deseja transmitir ou de fazer exatamente o oposto do que seus pais fizeram. Pontuamos também a formação de triângulos dentro nas famílias na etapa de transição para a parentalidade, pois, com a chegada do bebê, há aumento esperado na tensão entre os membros casal. A partir da inserção de um terceiro na relação, esta tensão é deslocada. Os relacionamentos por afinidade são uma arena natural para deslocar tensões do casal ou da família de origem de cada cônjuge (McGoldrick, 1995). A família ampliada foi citada por todos os entrevistados como parte essencial da rede social, sendo capaz de oferecer ajuda e apoio em momentos de crise.

As pesquisas sobre conjugalidade na transição para a parentalidade apresentam algumas especificidades. Nesta etapa do ciclo de vida, por ser um período de muitas mudanças e readaptações, os esforços do casal estão voltados para a inauguração do papel parental, havendo um movimento de afastamento do casal conjugal. Levar os sujeitos a refletirem sobre a conjugalidade é, ao mesmo tempo, desafiador e também necessário, no sentido de possibilitar a eles uma maior compreensão sobre as transformações acarretadas por essa nova fase.

Os resultados deste estudo apresentam subsídios importantes para a realização de outras investigações que enfoquem as mudanças vividas na relação conjugal na etapa de transição para a parentalidade. Pesquisas futuras podem também contemplar diferentes configurações familiares na transição para a parentalidade, diversidade de nível socioeconômico e cultural, além de diferentes

circunstâncias e contextos da gestação, ampliando o conhecimento sobre esse tema

7

Referências bibliográficas

- Alipour, Z.; Kazemi, A.; Kheirabadi, G. & Eslami, A. (2020). Marital communication skills training to promote marital satisfaction and psychological health during pregnancy: a couple focused approach. *Reproductive Health*, 17(23). <https://doi.org/10.1186/s12978-020-0877-4>
- Andolfi, M. (1998). Família/indivíduo: um modelo trigeracional. In M. Elkaim (Org.), *Panorama das terapias familiares* (Vol. 1, pp. 119-142). São Paulo: Summus Editorial.
- Andolfi, M. (2018). *A terapia familiar multigeracional: instrumentos e recursos do terapeuta*. Belo Horizonte: Artesã.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bateson, G.; Jackson, D. D.; Haley, J. & Weakland, J. H. (1956). Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Science*, 1(4): 251-254.
- Benzies, K.; Tough, S.; Tofflemire, K.; Frick, C.; Faber, A. & Newburn-Cook, C. (2006). Factors influencing women's decisions about timing of motherhood. *Journal of Obstetric, Gynecologic and Neonatal Nursing*, 35(5): 625-633. <https://doi.org/10.1111/j.1552-6909.2006.00079.x>
- Bernardi, D. (2018). O adiamento do projeto parental na contemporaneidade. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 26(1): 59-64. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v26n1p59-64>
- Bernardi, D.; Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2018). Entre o desejo e a decisão: a escolha por ter filhos na atualidade. *Contextos Clínicos*, 11(2): 161-173. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.112.02>
- Bertin, I. P. & Passos, M. C. (2003). A transmissão psíquica em debate: breve roteiro das concepções psicanalítica e sistêmica. *Interações*, 8(15): 65-79. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v8n15/v8n15a04.pdf>

- Bolze, S. D. A.; Schmidt, B.; Crepaldi, M. A. & Vieira, M. L. (2011). Conflito conjugal: uma revisão da produção científica brasileira. *Pensando Famílias*, 15(2): 51-69.
- Bolze, S. D. A.; Schmidt, B.; Crepaldi, M. A. & Vieira, M. L. (2013). Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. *Actualidades en Psicología*, 27(114): 71-85. <https://psycnet.apa.org/doi/10.15517/ap.v27i114.4828>
- Bolze, S. D. A.; Schmidt, B.; Böing, E. & Crepaldi, M. A. (2017). Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: características e estratégias de resolução. *Paidéia*, 27(Suppl. 1): 457-465. <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201711>
- Bornholdt, E. A. & Wagner, A. (2014). A gravidez à luz da perspectiva paterna: aspectos relativos à transgeracionalidade. In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? Transmissão dos modelos familiares* (pp. 81-91). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Bornholdt, E. A.; Wagner, A. & Staudt, A. C. P. (2007). A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. *Psicologia Clínica*, 19(1): 75-92. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000100006>
- Boszormenyi-Nagy, I. & Spark, G. M. (1973). *Invisible loyalties: reciprocity in intergenerational family therapy*. New York: Harper & Row.
- Bradbury, T.; Fincham, F. & Beach, S. (2000). Research on the nature and determinants of marital satisfaction: a decade in review. *Journal of Marriage and Family*, 62(4): 964-980. <https://dx.doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00964.x>
- Bradt, J. O. (1995). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar* (pp. 206-221). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brasileiro, R.; Jablonski, B. & Féres-Carneiro, T. (2002). Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. *Psico*, 33(2): 289-310.
- Brooks, C. (2019). Meaning-making among intentionally childless women. *International Journal of Transpersonal Studies*, 38(1): 140-153. <https://doi.org/10.24972/ijts.2019.38.1.140>
- Campana, N. T. C. & Gomes, I. C. (2017). O exercício parental contemporâneo e a rede de cuidados na primeira infância. *Psicologia em Estudo*, 22(3): 449-460. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.35067>
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Carvalho, C. C. (1999). Identidade e intimidade: um percurso histórico dos conceitos psicológicos. *Análise Psicológica*, 4(17): 727-741. Recuperado a partir de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v17n4/v17n4a09.pdf>
- Claxton, A. & Perry-Jenkins, M. (2008). No fun anymore: leisure and marital quality across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and Family*, 70(1): 28-43. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00459.x>
- Costa, C. B.; Cenci, C. M. B. & Mosmann, C. P. (2016). Conflito conjugal e estratégias de resolução: uma revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, 24(1): 325-338. <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-22>
- Cowan, C. P. & Cowan, P. M. (1999). *When partners become parents: the big life change for couples*. Londres: Routledge.
- Delatorre, M. Z. & Wagner, A. (2018). Marital conflict management of married men and women. *Psico-USF*, 23(2): 229-240. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230204>
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3): 221-231. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000300005>
- Dias, C. (2014). As relações intergeracionais na família: desafios e possibilidades. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 93-117). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Durham, E. (1983). Família e reprodução humana. In B. Franchetto, M. Cavalcanti & M. Heilborn (Orgs.), *Perspectivas antropológicas da mulher* (Vol. 3, pp. 13-44). Rio de Janeiro: Zahar.
- Elkaim, M. (1998). *Panorama das terapias familiares* (Vol. 1). São Paulo: Summus Editorial.
- Erel, O. & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1): 108-132. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-2909.118.1.108>
- Falcke & Wagner (2014). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade. In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? Transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-46). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: a framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3): 173-195. <https://doi.org/10.1023/a:1019695015110>
- Félis, K. C. & Almeida, R. J. (2016). Perspectiva de casais em relação à infertilidade e reprodução assistida: uma revisão sistemática. *Reprodução & Climatério*, 31(2): 105-111. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2016.01.004>

- Fernández-Sola, C.; Huancara-Kana, D.; Granero-Molina, J.; Carmona-Samper, E.; López-Rodríguez, M. M. & Hernández-Padilla, J. M. (2018). Sexualidade durante todas as fases da gravidez: experiências de gestantes. *Acta Paulista de Enfermagem*, 31(3): 305-312. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201800043>
- Fidelis, D. Q.; Falcke, D. & Mosmann, C. P. (2017). Conyugalidad y coparentalidad tardía. *Ciencias Psicológicas*, 11(2): 189-199. <https://doi.org/10.22235/cp.v11i2.1490>
- Fincham, F. D. (2009). Marital conflict. In H. T. Reis & S. Sprecher (Orgs.), *Encyclopedia of human relationships* (Vol. 3, pp. 298-303). Thousand Oaks, California: Sage Publications. <http://dx.doi.org/10.4135/9781412958479>
- Fincham, F. D.; Rogge, R. & Beach, S. R. H. (2018). Relationship satisfaction. In A. L. Vangelisti & D. Perlman (Eds.), *The Cambridge handbook of personal relationships* (pp. 422-436). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316417867.033>
- Flood, S. M. & Genadek, K. R. (2016). Time for each other: work and family constraints among couples. *Journal of Marriage and Family*, 78(1): 142-164. <https://doi.org/10.1111/jomf.12255>
- Frizzo, G. B.; Silva, I. M.; Piccinini, C. A. & Lopes, R. C. S. (2011). Comunicação conjugal durante a transição para parentalidade no contexto de depressão pós-parto. *Psicologia*, 25(2): 39-60. Recuperado a partir de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v25n2/v25n2a03.pdf>
- García, S. (2017). Actitudes de género sobre las responsabilidades del cuidado de los hijos y tareas domésticas de hombres y mujeres en parejas de doble ingreso con hijos menores en Nuevo León. *Perspectivas Sociales*, 19(1): 89-113. Recuperado a partir de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6292205.pdf>
- Garcia, M. L. T. & Tassara, E. T. O. (2001). Estratégias de enfrentamento do cotidiano conjugal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3): 635-642. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000300019>
- Gonçalves, T. R.; Pawlowski, J.; Bandeira, D. R. & Piccinini, C. A. (2011). Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3): 1755-1769. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300012>
- Gottman, J. M. & Tabares, A. (2018). The effects of briefly interrupting marital conflict. *Journal of Marital & Family Therapy*, 44(1): 61-72. <https://doi.org/10.1111/jmft.12243>
- Goulart, V. R.; Wagner, A.; Barbosa, P. V. & Mosmann, C. P. (2016). Repercussões do conflito conjugal para o ajustamento de crianças e adolescentes: um estudo teórico. *Interação em Psicologia*, 19(1): 147-159. <https://doi.org/10.5380/psi.v19i1.35713>

- Greenhaus, J. H. & Beutell, N. J. (1985). Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Review*, 10: 76-88. <https://doi.org/10.2307/258214>
- Guimarães, F.; Diniz, G. & Angelim, F. (2017). “Mas ele diz que me ama...”: duplo-vínculo e nomeação da violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33: 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3346>
- Huss, B. & Pollmann-Schult, M. (2020). Relationship satisfaction across the transition to parenthood: the impact of conflict behavior. *Journal of Family Issues*, 41(3): 383-411. <https://doi.org/10.1177%2F0192513X19876084>
- Huston, T. L. & Vangelisti, A. L. (1995). How parenthood affects marriage. In M. A. Fitzpatrick & A. L. Vangelisti (Orgs.), *Explaining family interactions* (pp. 147-176). Thousand Oaks, California: Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9781483326368.n5>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. IBGE, *Coordenação de População e Indicadores Sociais*. - Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado a partir de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>
- Jennings, K. D.; Stagg, V. & Connors, R. E. (1991). Social networks and mothers' interactions with their preschool children. *Child Development*, 62(5): 966-978. <https://doi.org/10.2307/1131146>
- Jia, R.; Kotila, L. E.; Schoppe-Sullivan, S. J. & Kamp Dush, C. M. (2016). New parents' psychological adjustment and trajectories of early parental involvement. *Journal of Marriage and Family*, 78: 197-211. <https://doi.org/10.1111/jomf.12263>
- Kerr, M. & Bowen, M. (1998). *Family evaluation: an approach based on Bowen theory*. Nova York: W. W. Norton & Co.
- Krenkel, S. & Moré, C. L. O. O. (2017). Violência contra a mulher, casas-abrigo e redes sociais: revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3): 770-783. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000192016>
- Lane, A. R.; Wilcoxon, S. A. & Cecil, J. H. (1988). Family-of-origin experiences and the transition to parenthood: considerations for marital and family therapists. *Family Therapy*, 15(1): 23-29.
- Lapierre, L. M.; Li, Y.; Kwan, H. K.; Greenhaus, J. H.; DiRenzo, M. S. & Shao, P. (2018). A meta-analysis of the antecedents of work-family enrichment. *Journal of Organizational Behavior*, 39: 385-401. <https://doi.org/10.1002/job.2234>
- Lavner, J. A.; Karney, B. R. & Bradbury, T. N. (2016). Does couples' communication predict marital satisfaction, or does marital satisfaction predict

communication? *Journal of Marriage & Family*, 78(3): 680-694. <https://doi.org/10.1111/jomf.12301>

- Lévesque, S.; Bisson, V. ; Fernet, M. & Charton, L. (2019). A study of the transition to parenthood: new parents' perspectives on their sexual intimacy during the perinatal period. *Sexual and Relationship Therapy*. <https://doi.org/10.1080/14681994.2019.1675870>
- Macedo, R. M. S. (2009). Questões de gênero na terapia de família e casal. In L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (pp. 59-73). Porto Alegre: Artmed.
- Major, S.; Miranda, C.; Rodríguez-González, M. & Relvas, A. P. (2014). Adaptação portuguesa do Differentiation of Self Inventory Revised (DSI-R): um estudo exploratório. *Revista Iberoamericana de Diagnostico y Evaluacion Psicologica*, 37(1): 99-121. Recuperado a partir de <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81453/1/Adaptacao%20portuguesa%20do%20Differentiation%20of%20Self%20Inventory%20Revised.pdf>
- Marchand, J. F. & Hock, E. (2000). Avoidance and attacking conflict-resolution strategies among married couples: relations to depressive symptoms and marital satisfaction. *Family Relations*, 49(2): 201-206. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00201.x>
- Marques, P. P. & Morais, N. A. (2018). A vivência de casais inférteis diante de tentativas inexitosas de reprodução assistida. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(2): 299-314. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4315>
- Martins, C. A.; Abreu, W. J. C. P. & Figueiredo, M. C. A. B. (2017). Tornar-se pai ou mãe: o desenvolvimento do processo parental. *Fronteiras*, 6(4), 146-161. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i4.p146-161>
- Martins, E. M. A.; Rabinovich, E. P. & Silva, C. N. (2008). Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. *Psicologia USP*, 19(2): 181-197. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000200005>
- Matos, M. G. & Magalhães, A. S. (2019). Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias. *Psicologia Revista*, 28(1): 151-173. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2019v28i1p151-173>
- Mauerer, G. (2018). Both parents working: challenges and strains in managing the reconciliation of career and family life in dual-career families. Empirical evidence from Austria. *Social Sciences*, 7(12): 269. <https://doi.org/10.3390/socsci7120269>
- McCoy, K. P.; George, M. R. W.; Cummings, E. M. & Davies, P. T. (2013). Constructive and destructive marital conflict, parenting, and children's school

and social adjustment. *Social Development*, 22(4).
<https://dx.doi.org/10.1111%2Fsode.12015>

- McGoldrick, M. (1995). A união das famílias através do casamento: o novo casal. In M. McGoldrick & E. A. Carter (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 184-205). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Melo, A. C. L. (2016). Licença parental: caminho para consolidação da igualdade de gênero. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 9(17): 103-124. Recuperado a partir de <https://revista.uemg.br/index.php/revistapp/article/view/1007/865>
- Menezes, C. C. & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF*, 12(1): 83-93. Recuperado a partir de <https://www.scielo.br/pdf/psuf/v12n1/v12n1a10.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3): 621-626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Mosmann, C. & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2): 5-16. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v12n2/v12n2a02.pdf>
- Mosmann, C.; Wagner, A. & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paideia*, 16(35): 315-325. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300003>
- Murta, S. G.; Rodrigues, A. C.; Rosa, I. O. & Paulo, S. G. (2012). Avaliação de um programa psicoeducativo de transição para a parentalidade. *Paideia*, 22(53): 403- 412. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300012>
- Narciso, I. & Costa, M. E. (2002). Percursos de mudança na qualidade conjugal: fragmentos de um estudo sobre conjugalidades satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18: 181-195. Recuperado a partir de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/15538/2/83235.pdf>
- Neilson, J. & Stanfors, M. (2018). Time alone or together? Trends and trade-offs among dual-earner couples, Sweden 1990-2010. *Journal of Marriage and Family*, 80(1): 80-98. <https://doi.org/10.1111/jomf.12414>
- Norgren, M. B. P.; Souza, R. M.; Kaslow, F.; Hammerschmidt, H. & Sharlin, S. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, 9(3): 575-584. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300020>
- Pace, G. T.; Shafer, K.; Jensen, T. M. & Larson, J. H. (2015). Stepparenting issues and relationship quality: the role of clear communication. *Journal of Social Work*, 15(1): 24-44. <https://doi.org/10.1177/1468017313504508>

- Papero, D. V. (1990). A teoria sobre os sistemas familiares de Bowen. In M. Elkaim (Org.), *Panorama das terapias familiares* (Vol. 1, pp. 71-100). São Paulo: Summus Editorial.
- Papp, P. (1995) Prisioneiros do papel sexual. In M. Andolfi, C. Angelo & C. Saccu (Orgs.), *O casal em crise* (pp. 147-154). São Paulo: Summus Editorial.
- Pasinato, L. & Mosmann, C. P. (2016). Transição para a parentalidade e a coparentalidade: casais que os filhos ingressaram na escola ao término da licença-maternidade. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(1): 129-142. <https://doi.org/10.12804/apl34.1.2016.09>
- Perel, E. (2007). A chegada dos filhos: quando três ameaçam dois. In *Sexo no cativeiro: driblando as armadilhas do casamento* (pp. 150-178). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Perren, S.; Von Wyl, A.; Bürgin, D.; Simoni, H. & Von Klitzing, K. (2005). Intergenerational transmission of marital quality across the transition to parenthood. *Family Process*, 44(4): 441-459. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2005.00071.x>
- Powell, G. N.; Greenhaus, J. H.; Allen, T. D. & Johnson, R. E. (2018). Advancing and expanding work-life theory from multiple perspectives. *Academy of Management Review*, 44(1): 54-71. <https://doi.org/10.5465/amr.2018.0310>
- Pruett, M. K.; Pruett, K. D.; Cowan, C. P. & Cowan, P. A. (2017). Enhancing paternal engagement in a coparenting paradigm. *Child Development Perspectives*, 11(4): 245-250. <https://doi.org/10.1111/cdep.12239>
- Rapoport, A. & Piccinini, C. A. (2006). Apoio social e experiência da maternidade. *Journal of Human Growth and Development*, 16(1): 85-96. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v16n1/09.pdf>
- Rehman, U. S. & Holtzworth-Munroe, A. (2007). A cross-cultural examination of the relation of marital communication behavior to marital satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 21(4): 759-763. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.4.759>
- Roeters, A.; Mandemakers, J. & Voorpostel, M. (2016). Parenthood and well-being: the moderating role of leisure and paid work. *European Journal of Population*, 32(3): 381-401. <https://doi.org/10.1007/s10680-016-9391-3>
- Rosado, J. S. & Wagner, A. (2015). Qualidade, ajustamento e satisfação conjugal: revisão sistemática da literatura. *Pensando Famílias*, 19(2), 21-33. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a03.pdf>.
- Salonginos, O. D.; López-Escriche, M. & Knecht, C. (2018). Psicoterapia grupal: un enfoque integrado para abordar la salud sexual y la relación de pareja tras el parto. *Informació Psicològica*, 115: 138-153. Recuperado a partir de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6540546.pdf>.

- Santos, M. A. F.; Lopes, M. A. A. & Botelho, M. A. R. (2020). Maternidade tardia: da consciencialização do desejo à decisão de ser mãe. *Ex aequo*, (41): 89-105. <https://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.06>
- Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2011). Ajustamento diádico e satisfação conjugal: correlações entre os domínios de duas escalas de avaliação da conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(3): 467-475. Recuperado a partir de <https://www.scielo.br/pdf/prc/v24n3/a07v24n3.pdf>
- Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2016). Construir, organizar, transformar: considerações teóricas sobre a transmissão psíquica entre gerações. *Psicologia Clínica*, 28(1): 141-159. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v28n1/a08.pdf>
- Shapiro, A. F.; Gottman, J. M. & Fink, B. C. (2015). Short-term change in couples' conflict following a transition to parenthood intervention. *Couple and Family Psychology: Research and Practice*, 4(4): 239-251. <https://doi.org/10.1037/cfp0000051>
- Silva, A. I. & Figueiredo, B. (2005). Sexualidade na gravidez e após o parto. *Psiquiatria Clínica*, 25(3): 253-264. Recuperado a partir de https://www.researchgate.net/publication/277157025_Sexualidade_na_gravid ez_e_apos_o_parto.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Stern, D. N. (1998). *The motherhood constellation: a unified view of parent-infant psychotherapy*. Londres: Routledge.
- Travassos-Rodriguez, F. & Féres-Carneiro, T. (2012). Os bebês com síndrome de Down e seus pais: novas propostas para intervenção. *Estudos de Psicologia*, 29(Suppl. 1): 831-840. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500019>
- Travassos-Rodriguez, F. & Féres-Carneiro, T. (2013). Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. *Tempo Psicanalítico*, 45(1): 111-121. Recuperado a partir de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v45n1/v45n1a08.pdf>
- Urbano-Contreras, A.; Martínez-González, R.-A. & Iglesias-García, M.-T. (2018). Parenthood as a determining factor of satisfaction in couple relationships. *Journal of Child & Family Studies*, 27(5): 1492-1501. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0990-3>
- Wagner, A.; Predebon, J. & Falcke, D. (2014). Transgeracionalidade e educação: como se perpetua a família? In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? Transmissão dos modelos familiares* (pp. 93-105). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Walzer, S. (1998). *Thinking about the baby: gender and transition into parenthood*. Philadelphia: Temple University Press.

- Watzlawick, P.; Jackson, D. D. A. & Beavin, J. H. (1973). *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix.
- Wrzus, C.; Hänel, M.; Wagner, J. & Neyer, F. J. (2013). Social network changes and life events across the life span: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 139(1): 53-80. <https://doi.apa.org/doi/10.1037/a0028601>
- Xu, X.; Peng, Y.; Zhao, P.; Hayes, R. & Jimenez, W. P. (2019). Fighting for time: spillover and crossover effects of long work hours among dual-earner couples. *Stress & Health*, 35(4): 491-502. <https://doi.org/10.1002/smi.2882>
- Yan, J.; Olsavsky, A.; Schoppe-Sullivan, S. J. & Kamp Dush, C. M. (2018). Coparenting in the family of origin and new parents' couple relationship functioning. *Journal of Family Psychology*, 32(2): 206-216. <https://doi.org/10.1037/fam0000353>

Anexo 1

Roteiro de entrevista semiestruturada

Pergunta disparadora: Como foi a decisão de se tornar pai/mãe?

Eixo 1: Percepção da satisfação conjugal

- 1) Como era a relação do casal antes da chegada do filho?
- 2) O que mudou na relação do casal com a chegada do filho?
- 3) Como ficou a intimidade do casal? (E o sexo?)

Eixo 2: Manejo do conflito conjugal

- 1) Quais eram os principais motivos de conflitos/discordâncias antes da gravidez?
Depois da chegada do filho, o que mudou?
- 2) O que vocês fazem quando há um conflito?

Eixo 3: Influências da família de origem

- 1) O que você sabe sobre a história do seu nascimento? Como foi para seus pais se tornarem pais?
- 2) Quais referências de maternidade/paternidade considera importantes na sua vida?
- 3) O que mudou na sua relação com sua família de origem com a chegada do filho?
- 4) Como ser filho (a) do seu pai/mãe influencia na sua forma de ser pai/mãe?

Eixo 4: Rede Social

- 1) Como era a sua rede social/de relacionamentos antes da chegada do filho?
Que mudanças você percebe?
- 2) Quando vocês têm um problema em relação ao filho(a), a quem vocês recorrem?
- 3) Quem são as pessoas que participam do seu dia a dia?

Anexo 2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Tema da pesquisa: A conjugalidade na transição para a parentalidade

Pesquisadora: Isabela Holanda Cavalcanti Dwyer de Oliveira

Email: dwyer.isabela@gmail.com

Telefone: (21) 99942-3093

Orientadora: Andrea Seixas Magalhães

Email: andream@puc-rio.br

Telefone: (21) 996930442

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como objetivo geral estudar a relação do casal com a chegada do primeiro filho.

Este estudo será realizado a partir de uma entrevista que será gravada e, posteriormente, transcrita, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora o caráter confidencial dos dados, mantendo-se em sigilo a sua identidade. A gravação será arquivada em formato de mídia digital, em pasta criada especificamente para esta pesquisa. A gravação será feita utilizando a plataforma Zoom ou o aplicativo Whatsapp. Cabe ressaltar que ambos possuem criptografia ponta-a-ponta, o que garante a segurança das informações. Seu nome e de todos os indivíduos mencionados na entrevista serão substituídos por outros, fictícios. Após o término desta investigação, as gravações das entrevistas serão apagadas. O material transcrito ficará armazenado em local seguro e sigiloso, por um período de 5 anos. Sua participação é voluntária, estando você livre para fazer as perguntas que julgar necessárias; interromper a entrevista quando assim desejar; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento.

Considera-se que o procedimento oferece risco mínimo à sua saúde e dignidade. Entretanto, caso haja algum desconforto psicológico, como sentir-se mobilizado(a) durante a entrevista, a pesquisadora estará preparada para o manejo da situação e, se for o caso, para interromper o procedimento. E caso sinta necessidade, poderá sugerir o encaminhamento para um atendimento psicológico sem custo para você. A princípio você não terá nenhum benefício direto, não terá nenhum tipo de despesa ou remuneração por participar desta pesquisa, entretanto esperamos converter os resultados desse trabalho em ações benéficas para a sociedade. Além disso, ao participar da pesquisa, você terá a oportunidade de refletir sobre questões pessoais, relativas a si mesmo, assim como receber um retorno com os resultados da pesquisa, se assim desejar.

Ao participar desta investigação, você estará contribuindo para um aprofundamento nos estudos sobre a relação dos casais após a chegada do primeiro filho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, com sua orientadora e com a Câmara de Ética em

Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq-PUC-Rio), no endereço Rua Marquês de São Vicente, 225, Rio de Janeiro - RJ, número de telefone: (021) 3527- 1618.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. O Termo de Consentimento é assinado em duas vias, sendo uma entregue ao participante e, a outra, à pesquisadora. Assinando este termo, você está autorizando a utilização das informações prestadas em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada sua identidade e a dos membros da sua família.

Fui informado (a) sobre o estudo acima referido e compreendi seus objetivos. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Estou assinando voluntariamente este termo, o que indica que concordo com minha participação nesta pesquisa.

Autorizo a gravação da entrevista:

() Sim

() Não

Isabela Dwyer (pesquisadora)

Rio de Janeiro, ____/____/____

Assinatura da pesquisadora

Isabela Dwyer

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Anexo 3

Ficha biográfica dos participantes

Idade:

Naturalidade:

Estudos / ocupação:

Idade do cônjuge:

Naturalidade do cônjuge:

Estudos / ocupação do cônjuge:

Renda familiar:

Mora com:

Data de Nascimento do Filho(a):

Data de casamento ou coabitação: